

RELATÓRIO & CONTAS 2013



ÍNDICE

I - ÓRGÃOS SOCIAIS	5
II - RELATÓRIO DE GESTÃO	9
MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	11
INTRODUÇÃO	13
1. ACTIVIDADE DA BRAVAL	16
1.1 Deposição de Resíduos Sólidos em Aterro	16
1.2 Recolha Selectiva	18
1.3 Estação de Triagem	24
1.4 Unidade de Valorização Energética do Biogás	30
1.5 Unidade de Produção de Biodiesel	33
1.6 Monitorização	35
1.7 Sensibilização	38
1.8 Sistema de Gestão Integrado - Qualidade, Ambiente e Segurança	44
2. INVESTIMENTO, FINANCIAMENTO E FUNDOS COMUNITÁRIOS	47
3. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	53
4. FUNDO DE RENOVAÇÃO DO EQUIPAMENTO E FUNDO DE RECONSTITUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	62
5. RECURSOS HUMANOS	63
6. CAPITAL SOCIAL	69
7. OBJECTIVOS PARA O ANO 2014	70
8. APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	71
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
10. ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO	73
III - CONTAS	75
1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	77
1.1 Balanço	77
1.2 Demonstração de Resultados por Natureza	78
1.3 Demonstração das Alterações no Capital Próprio	79
1.4 Demonstração dos Fluxos de Caixa	81
2. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	82
2.1 Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados	82
IV - RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO	111
V - CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	117



I ÓRGÃOS SOCIAIS

ÓRGÃOS SOCIAIS

Os Órgãos Sociais da empresa BRAVAL - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA, apresentam a seguinte constituição:

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente - Município de Terras de Bouro
Vice-Presidente - AGERE - EM
Secretário - Município de Póvoa de Lanhoso

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente - Eng. Bruno Agostinho Lopes Gonçalves Névoa
Vogais - Dra. Maria Rita Ribeiro Ferreira Araújo e Sr. Luís Jorge Amaro da Costa

FISCAL ÚNICO

Revisor Oficial de Contas - Gaspar Castro, Romeu Silva & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., representada pelo Dr. Gaspar Vieira de Castro
Suplente - Dr. Romeu José Fernandes da Silva

A large blue geometric shape, resembling a stylized speech bubble or a folded piece of paper, is centered on a white background. The shape has a main rectangular body with a pointed bottom and a smaller, darker blue triangular piece protruding from the top right corner. Inside the main body, the text "II RELATÓRIO DE GESTÃO" is written in white, bold, uppercase letters.

II RELATÓRIO DE GESTÃO

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

As contas não eram as que a Administração aprovou, mas sim, o que foi deliberado em Assembleia Geral no dia 7 de Abril de 2014, emanando a rectificação das mesmas.

As segundas contas são o estritamente decidido pela Assembleia Geral, contrária à interpretação do Conselho de Administração.

Em 2013 conseguimos inverter a tendência de diminuição dos resíduos recolhidos selectivamente, recolhendo cerca de 14.500 toneladas, o que significou um aumento de 2,4%.

O Papel e Cartão Embalagens de Plástico e Metal perfizeram 8.237 toneladas, mais 84 toneladas que em 2012, um aumento de 1%.

No Vidro, o aumento foi mais significativo, na ordem das 257 toneladas, mais 4,3% que no ano anterior, com um total de 6.224 toneladas.

Por outro lado, os resíduos indiferenciados voltaram a cair para 93.717 toneladas, menos 3,5% relativamente a 2012, quando já tinham diminuído para 96.981 toneladas.

A recolha de óleos alimentares usados continua também em queda, foram recolhidos 70.535 litros, menos 11.000 litros que em 2012, uma diminuição de 13,5%, devido sobretudo ao encerramento de muitos grandes produtores, cafés e restaurantes, aliado à diminuição do consumo nas famílias.

Em termos de Resíduos Eléctricos e Electrónicos e Pilhas houve também uma diminuição de 39 toneladas devida talvez à diminuição do consumo, mas também ao desvio ilegal de resíduos dos pontos electrão, para os quais continuamos a alertar.

No entanto, no caso dos pneus usados, houve um aumento de 870 toneladas, passando de 786 toneladas para 1.656 toneladas, o que significa um aumento de mais de 100%!

É um indicador bastante positivo, em termos ambientais, que os resíduos recicláveis tenham aumentado, enquanto que os indiferenciados diminuíram.

Estes resultados foram conseguidos com muita persistência, sensibilização ambiental e também com vários apelos às instituições tutelares alertando para a necessidade de regulamentar e fiscalizar as recolhas indevidas de resíduos na via pública.

Estes valores vêm demonstrar que fizemos muito em pouco mais de uma década, mas temos de fazer muito mais para que possamos atingir as directivas comunitárias da reciclagem.

Em 2013 foi também possível a diminuição dos custos operacionais com o objectivo de aumentar a eficiência numa altura em que se investe em novas infra-estruturas orçadas em 20.000.000€, este objectivo vai continuar a ser orientador para o ano de 2014.

Há também, cada vez mais, uma preocupação com a formação dos nossos quadros, dos nossos colaboradores, para que estejam melhor preparados, tendo sempre em vista o aumento da nossa eficiência, o objectivo primordial é potenciar o capital humano.

Não queremos deixar de referir que o nosso sucesso permanente só foi e é alcançado com a ímpar coesão dos accionistas.

Bem-hajam!

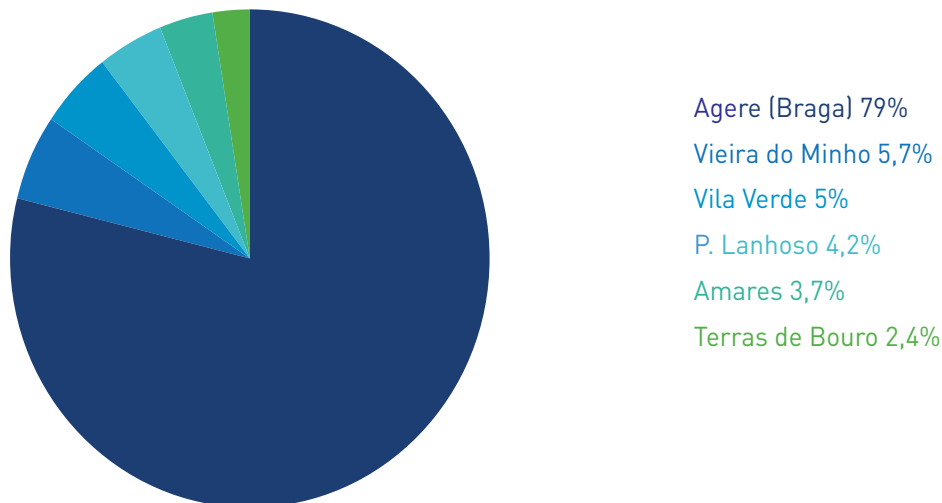
O Conselho de Administração

INTRODUÇÃO

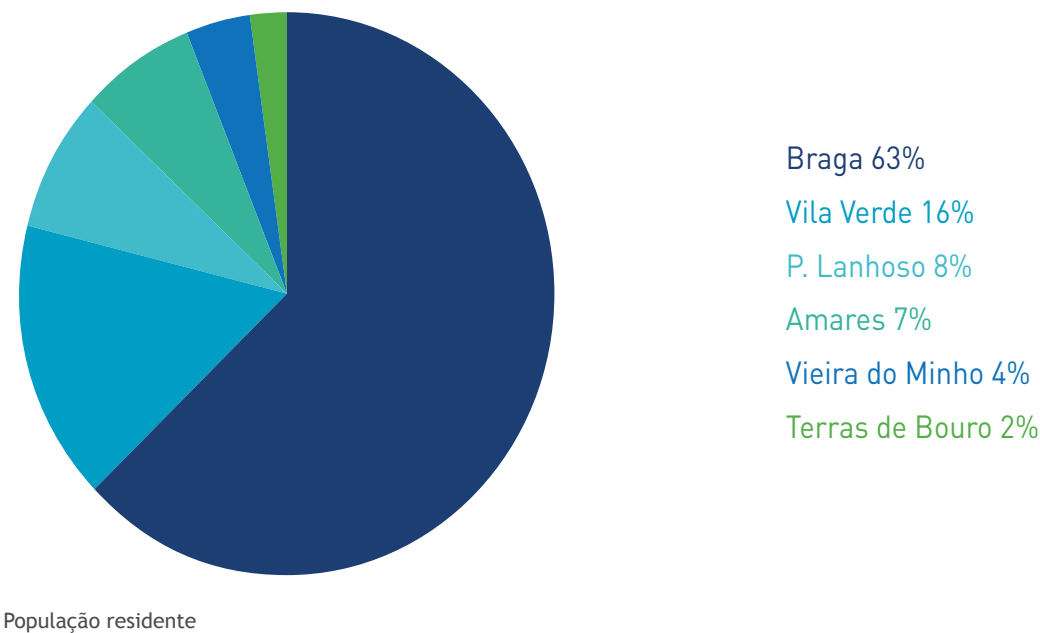
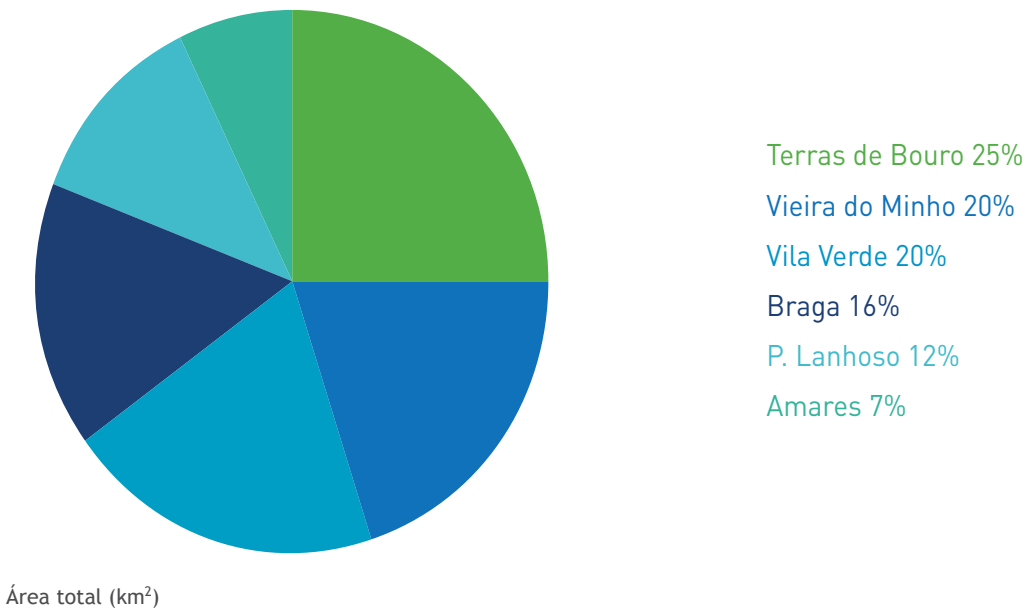
O Decreto-lei n.º 117/96, de 6 de Agosto, criou o sistema multimunicipal de valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Baixo Cávado. Foi, então nesta data, constituída a sociedade BRAVAL - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., constituída pela EGF - Empresa Geral do Fomento, S.A., e pelos municípios de Braga, Póvoa de Lanhoso e Vieira do Minho, sendo uma empresa concessionária do Ministério do Ambiente, para explorar o sistema atrás referido.

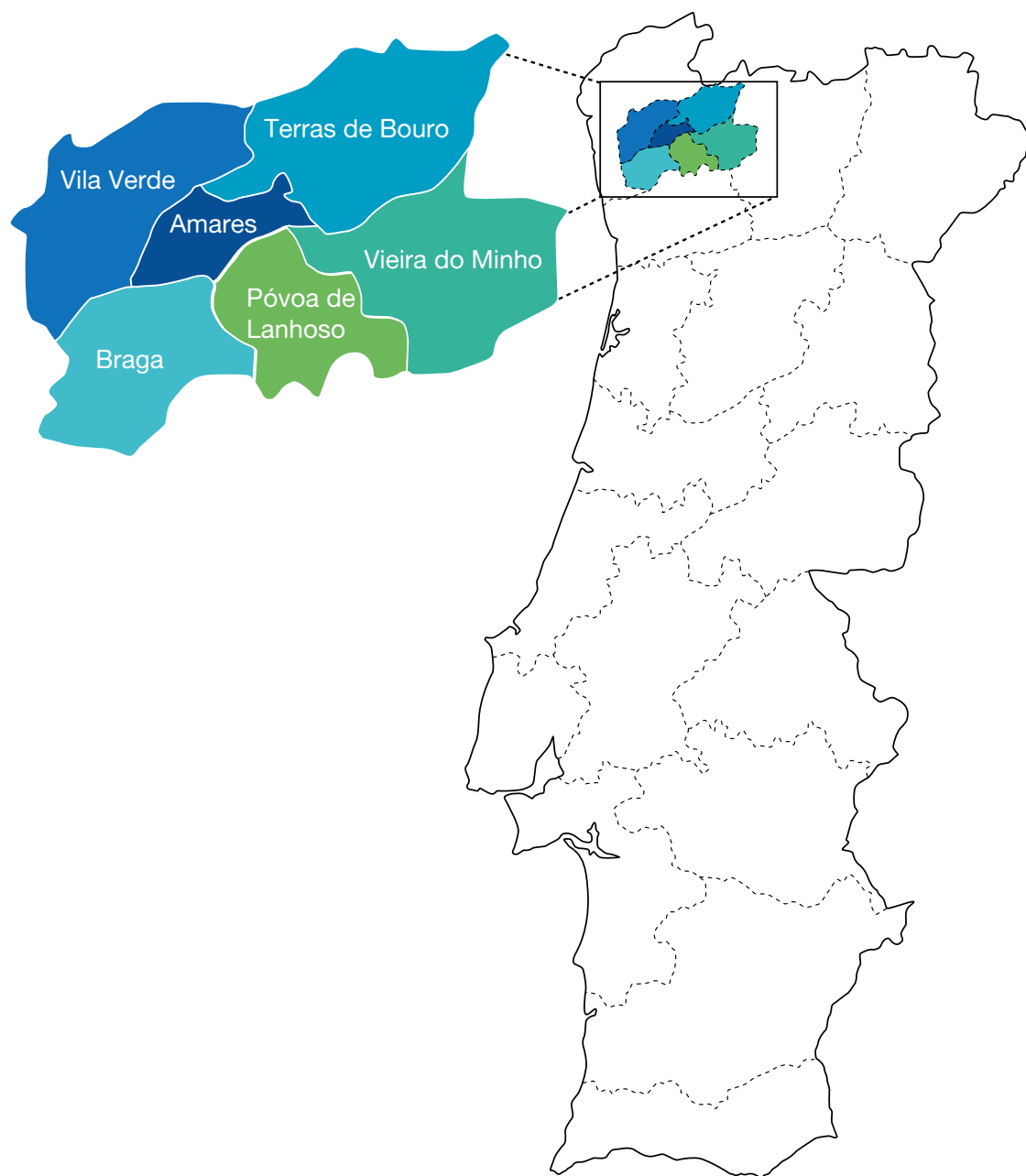
No final de 1999, deu-se a adesão da Resicávado à Braval, com a publicação do Decreto-lei n.º 471/99, de 6 de Novembro, que veio complementar o Decreto-lei n.º 117/96, de 6 de Agosto. O Decreto-lei n.º 471/99 alterou o anterior diploma, fazendo integrar no Sistema Multimunicipal de valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Baixo Cávado os municípios de Vila Verde, Amares e Terras de Bouro. No ano de 2000, verificou-se a aquisição à EGF - Empresa Geral do Fomento, SA da sua parte do capital, pelas Câmaras Municipais de Braga, Póvoa de Lanhoso, Vieira do Minho, Amares e Terras de Bouro, louvando estas pelo esforço financeiro dispensado, sendo este como uma forma de prevenção de serviço público gerido sob forma empresarial.

A estrutura do capital social, encontra-se actualmente da seguinte forma:



Este Sistema abrange uma área total de 1.120,88 km² e serve uma população estimada em 290.407 habitantes, que produz sensivelmente 95.000 toneladas por ano (em média, quase 1 kg por habitante/dia) de RSU.

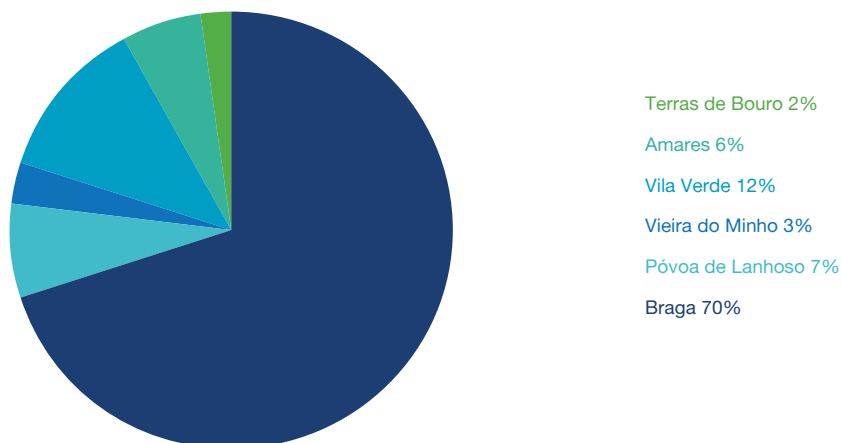
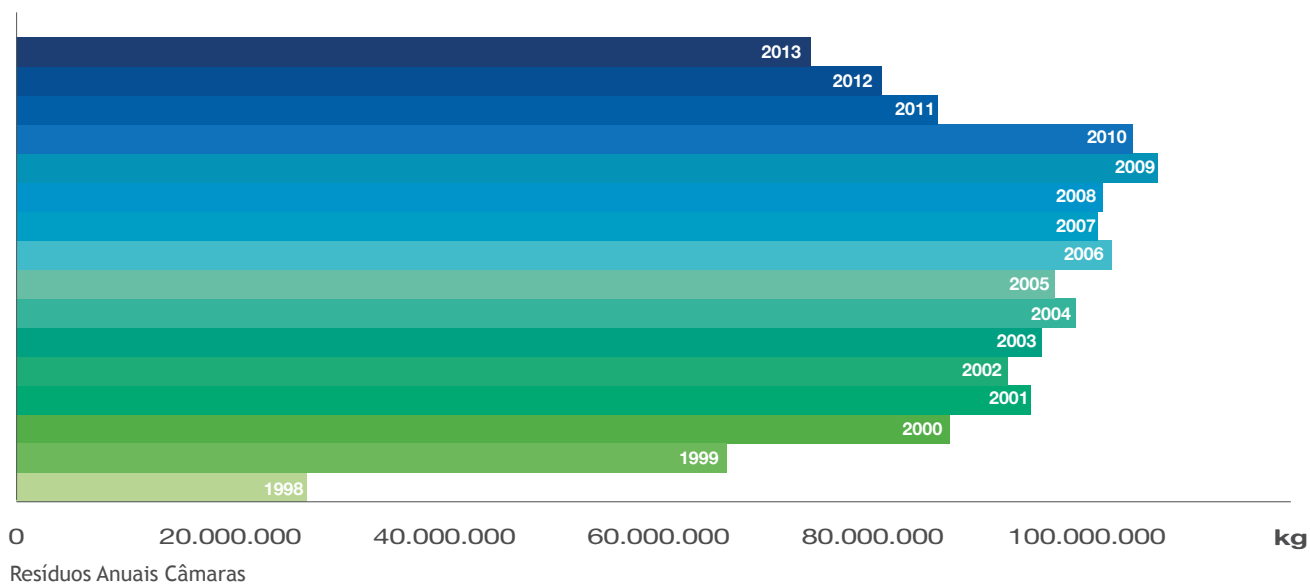




1. ACTIVIDADE DA BRAVAL

1.1 Deposição de Resíduos Sólidos em Aterro

Durante o ano de 2013, a recepção de resíduos sólidos urbanos rondou as 7.900 toneladas mensais, verificando-se portanto um decréscimo relativamente ao ano anterior.





Aterro Sanitário



Aterro Sanitário em exploração

1.2 Recolha Selectiva

A recolha selectiva de materiais recicláveis detém na sua frota actual treze viaturas, nomeadamente: duas viaturas com capacidade de 25 m³ com caixa compactadora, três viaturas com capacidade de volume de 20 m³, tendo duas delas caixa compactadora, duas com capacidade de volume de 17 m³ e uma com 16 m³, três viaturas, duas viaturas com capacidade de 7 m³ e uma com capacidade de 9 m³, destinadas mais propriamente a circuitos urbanos nas zonas históricas dos municípios, e duas com capacidade de volume de 30 m³, uma das quais com contentor compactador, que permitem, além da recolha selectiva a percursos mais alargados, o transporte de resíduos sólidos urbanos da Estação de Transferência de Vieira do Minho para o Aterro Sanitário da Serra do Carvalho, e ainda o transporte de águas lixiviadas da Estação de Tratamento.

Sucintamente, a recolha selectiva possui a seguinte frota de viaturas:

Número de Viaturas	Capacidade (m³)
2	25
3	20
2	17
1	16
2	7
1	9
2	30



Viatura Recolha Selectiva

Para manutenção da rede de ecopontos (lavagem, substituição de peças e colocação), estão afectas outras cinco viaturas adaptadas para o efeito.



Viatura Manutenção Ecopontos

Relativamente à recolha de óleos alimentares usados, a Braval afecta a esta actividade uma viatura ligeira.

Desde o início deste tipo de recolha selectiva, em Abril de 2008, a Braval angariou cerca de 20.000 clientes domésticos e 600 grandes produtores (restaurantes, cafés, etc.). No quadro abaixo pode ver-se a distribuição dos litros de óleos alimentares usados recolhidos por concelho e por tipo de cliente.

Concelho	Doméstico				Hotelaria				Total				Total desde 2008
	2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013	
Amares	1.424	1.706	1.110	1.510	1.780	1.588	1.375	1.080	3.204	3.294	2.485	2.590	14.808
Braga	38.018	39.104	34.564	29.556	28.270	35.842	29.917	26.894	66.288	74.946	64.481	56.450	326.932
Póvoa de Lanhoso	2.183	1.935	1.570	1.183	5.878	4.288	4.090	3.225	8.061	6.223	5.660	4.408	33.902
Terras de Bouro	348	474	185	405	1.626	2.000	2.240	2.160	1.974	2.474	2.425	2.565	11.254
Vieira do Minho	857	1.337	15	0	4.432	2.320	2.995	1.530	5.289	3.657	3.010	1.530	20.005
Vila Verde	2.953	2.243	2.215	1.772	1.604	1.170	1.365	1.220	4.557	3.413	3.580	2.992	18.266
Total	45.783	46.799	39.659	34.426	43.590	47.208	41.982	36.109	89.373	94.007	81.641	70.535	425.167



Viatura Recolha Óleos Alimentares Usados

A nível de ecopontos (subterrâneos e de superfície), composto por três contentores: vidro, papel/cartão e embalagens, estes estão distribuídos da seguinte forma pelos respectivos concelhos:

Concelho	Ecopontos Subterrâneos	Ecopontos Superfície	Total
Amares	14	65	79
Braga	440	202	642
Póvoa de Lanhoso	32	107	139
Terras de Bouro	9	41	50
Vieira do Minho	14	58	72
Vila Verde	29	103	132
Total	538	576	1.114



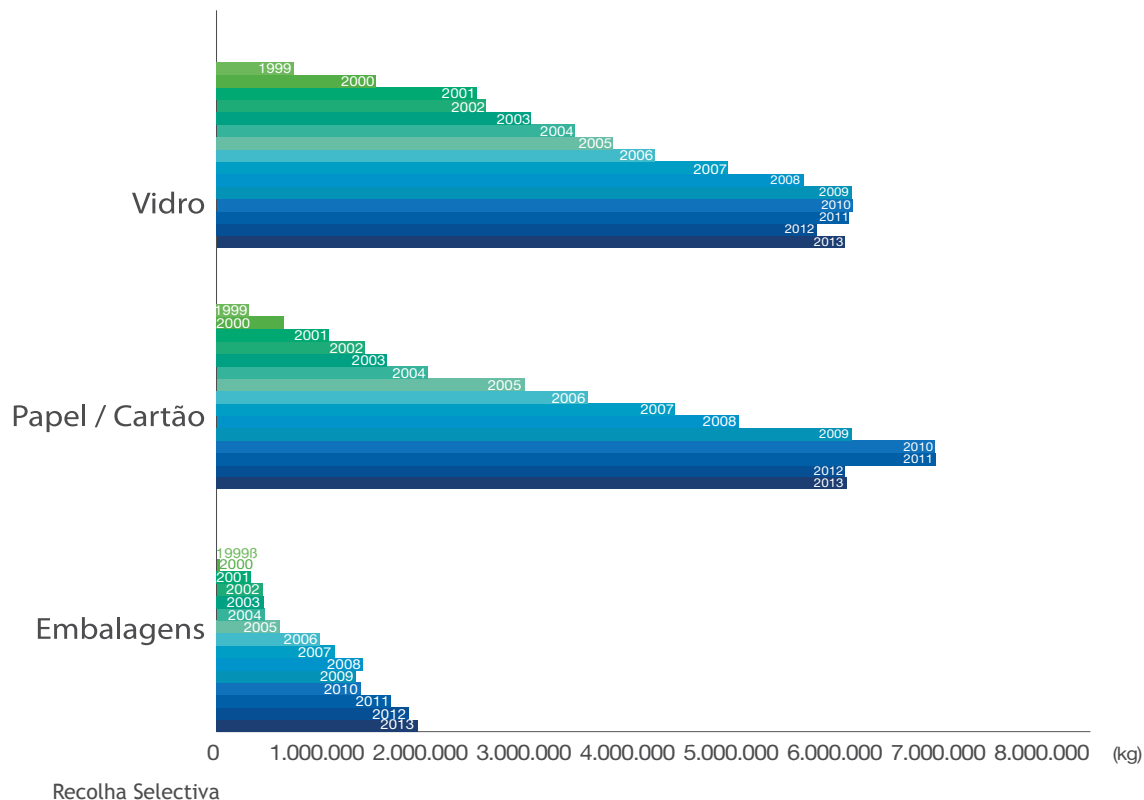
Ecoponto de Superfície

Na actividade de recolha selectiva, e durante o ano de 2013, a Braval recolheu **14.461** toneladas de resíduos recicláveis: as quantidades recolhidas de **vidro** foram de **6.224** toneladas, as quantidades recolhidas de **papel/cartão** ascenderam às **6.245** toneladas e as quantidades recolhidas de **embalagens** foram de **1.992** toneladas. Esta quantidade total de resíduos aumentou **2,41%** relativamente a 2012, verificando-se, igualmente, um incremento nos três materiais recolhidos, como se pode verificar nos quadros seguintes.

Em 2013, a Braval entregou **10,66** toneladas de pilhas à Ecopilhas, Sociedade Gestora de Resíduos de Pilhas e Acumuladores. Em 2012, as pilhas entregues foram ligeiramente superiores, no valor de 12,14 toneladas.



Ecoponto Subterrâneo

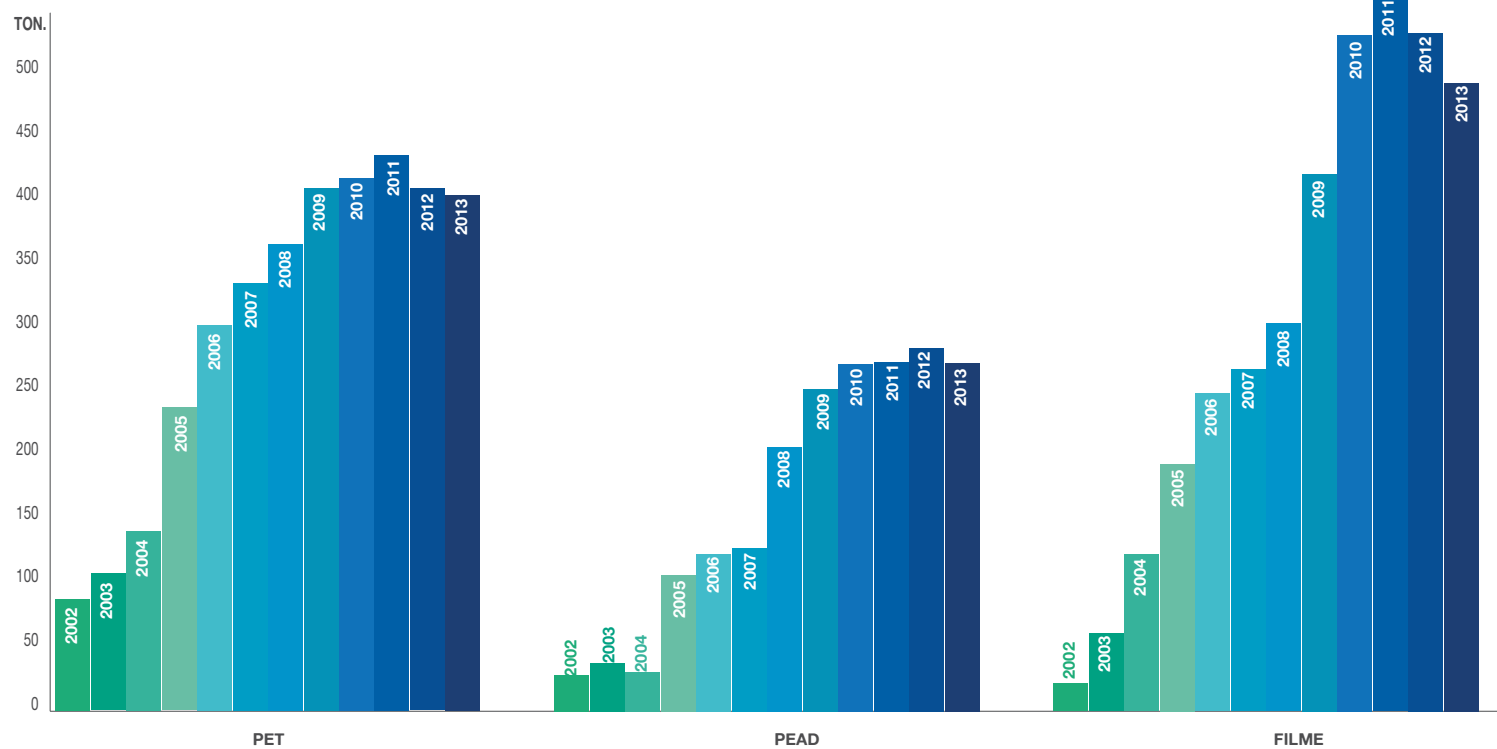


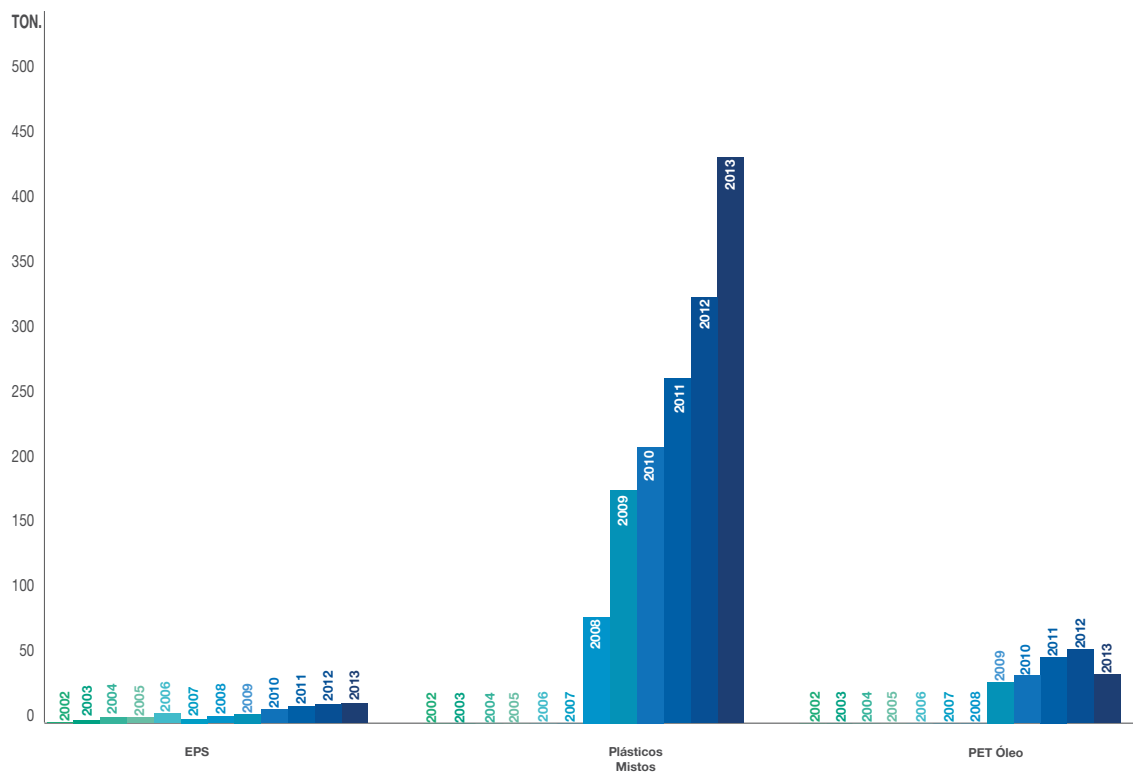
Ano	QUANTIDADE (kg)				
	Vidro	Papel / Cartão	Embalagens	Total	Δ %
1999	768.800	324.560	0	1.093.360	
2000	1.584.580	673.040	29.660	2.287.280	109,20%
2001	2.588.009	1.113.293	343.637	4.044.939	76,84%
2002	2.672.940	1.476.880	455.580	4.605.400	13,86%
2003	3.126.640	1.697.580	468.420	5.292.640	14,92%
2004	3.557.640	2.096.260	476.660	6.130.560	15,83%
2005	3.936.860	3.060.680	626.940	7.624.480	24,37%
2006	4.357.720	3.690.580	1.030.220	9.078.520	19,07%
2007	5.081.040	4.554.260	1.178.600	10.813.900	19,12%
2008	5.835.580	5.186.580	1.453.780	12.475.940	15,37%
2009	6.313.800	6.314.420	1.388.920	14.017.140	12,35%
2010	6.320.460	7.137.120	1.434.320	14.891.900	6,24%
2011	6.281.940	7.151.460	1.730.300	15.163.700	1,83%
2012	5.967.720	6.244.140	1.908.780	14.120.640	-6,88%
2013	6.224.300	6.244.920	1.991.920	14.461.140	2,41%
Total	58.393.729	50.720.853	12.525.817	121.640.399	

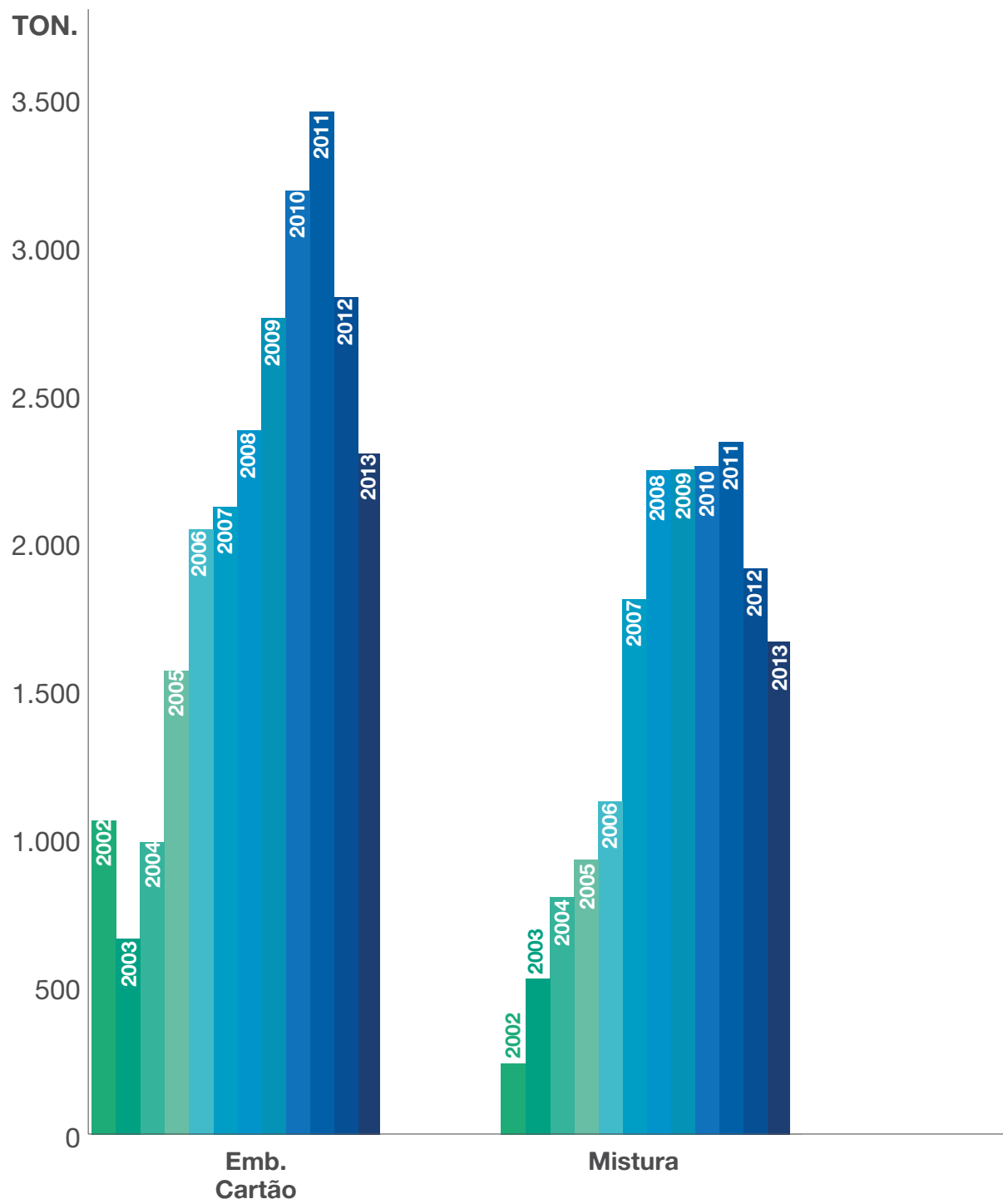
1.3 Estação de Triagem

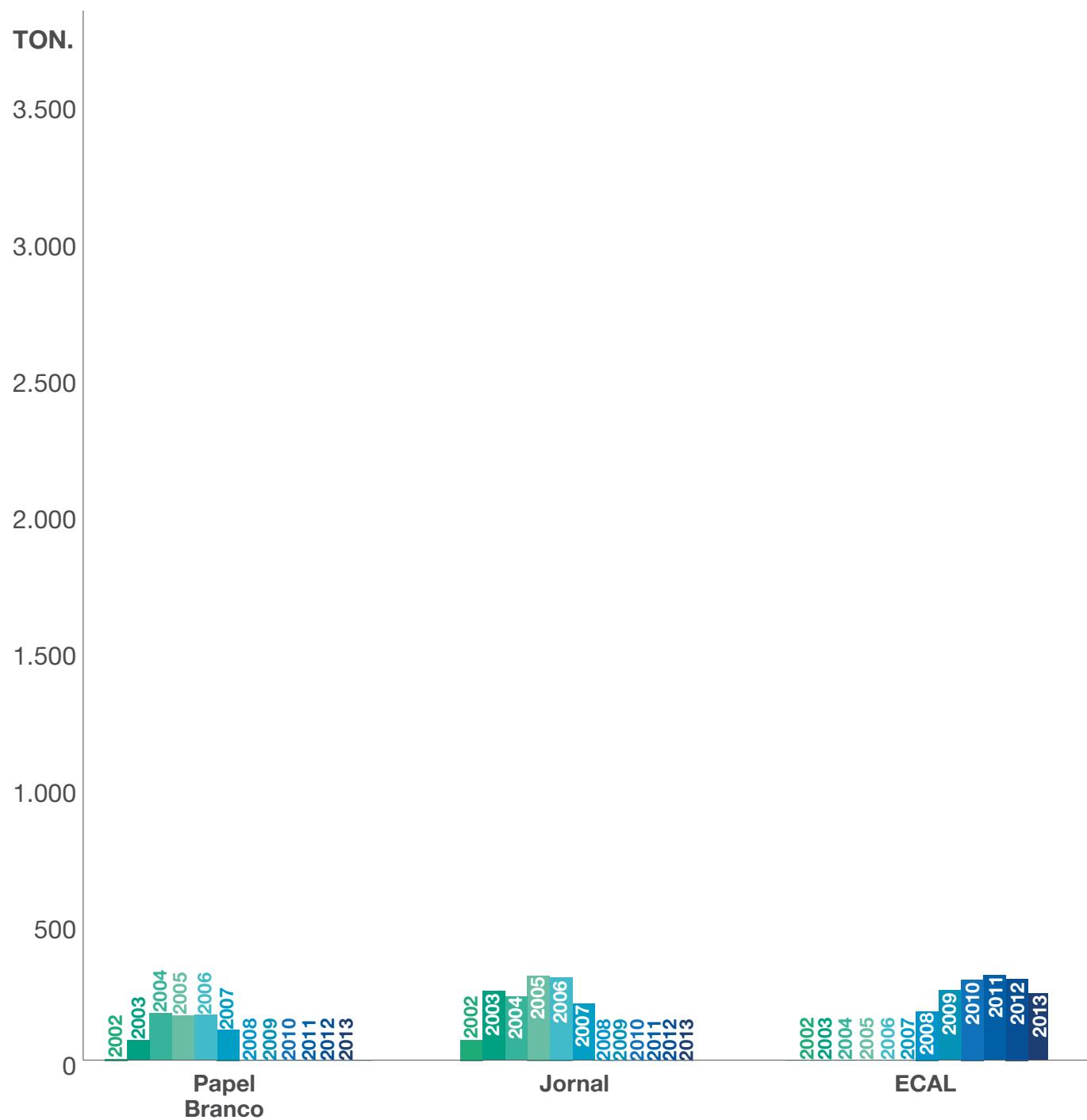
No que diz respeito à actividade da estação de triagem, verificaram-se os seguintes valores relativos às quantidades enfardadas (toneladas):

MATERIAL	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
PET	80,22	104,85	177,45	225,60	250,21	273,28	306,17	311,85	325,35	305,70	301,78
PEAD	28,35	23,35	79,80	92,25	95,70	155,20	188,85	203,49	204,68	213,18	204,17
FILME	45,44	91,76	144,77	186,00	200,21	227,04	314,82	396,00	419,76	397,32	367,72
EPS	2,50	4,82	4,42	7,38	3,20	5,07	7,03	10,40	13,02	14,51	15,24
PLÁSTICOS MISTOS	-	-	-	-	-	82,35	180,78	214,32	267,36	330,28	438,86
PET Óleo	-	-	-	-	-	-	31,96	36,96	51,26	57,20	38,16
SUB-TOTAL	156,51	224,78	406,44	511,23	549,32	742,94	1.029,61	1.173,02	1.281,43	1.318,19	1.365,93
EMB. CARTÃO	600,90	898,26	1.423,29	1.858,89	1.927,82	2.162,16	2.505,68	2.897,68	3.139,54	2.570,56	2.090,60
MISTURA	478,50	728,64	843,18	1.023,00	1.643,18	2.039,18	2.043,06	2.052,65	2.126,46	1.739,11	1.512,70
PAPEL BRANCO	67,80	157,99	148,95	151,74	103,14	-	-	-	-	0,00	0,00
JORNAL	231,30	212,57	282,75	277,24	189,37	-	-	-	-	0,00	0,00
ECAL	-	-	-	-	-	164,28	233,69	269,68	283,48	271,98	222,87
SUB-TOTAL	1.378,50	1.997,46	2.698,17	3.310,87	3.863,51	4.365,62	4.782,43	5.220,01	5.549,48	4.581,65	3.826,17
FERROSOS	29,30	33,84	37,79	22,53	19,30	41,39	106,86	174,46	214,17	200,31	206,14
ALUMÍNIO	1,68	1,85	1,20	0,92	1,37	2,06	2,79	5,37	5,90	5,37	5,41
SUB-TOTAL	30,98	35,69	38,99	23,46	20,67	43,45	109,65	179,83	220,07	205,68	211,55
TOTAL	1.565,99	2.257,93	3.143,60	3.845,56	4.433,50	5.152,01	5.921,69	6.572,86	7.050,98	6.105,52	5.403,65











Estação de Triagem - exterior



Estação de Triagem - interior

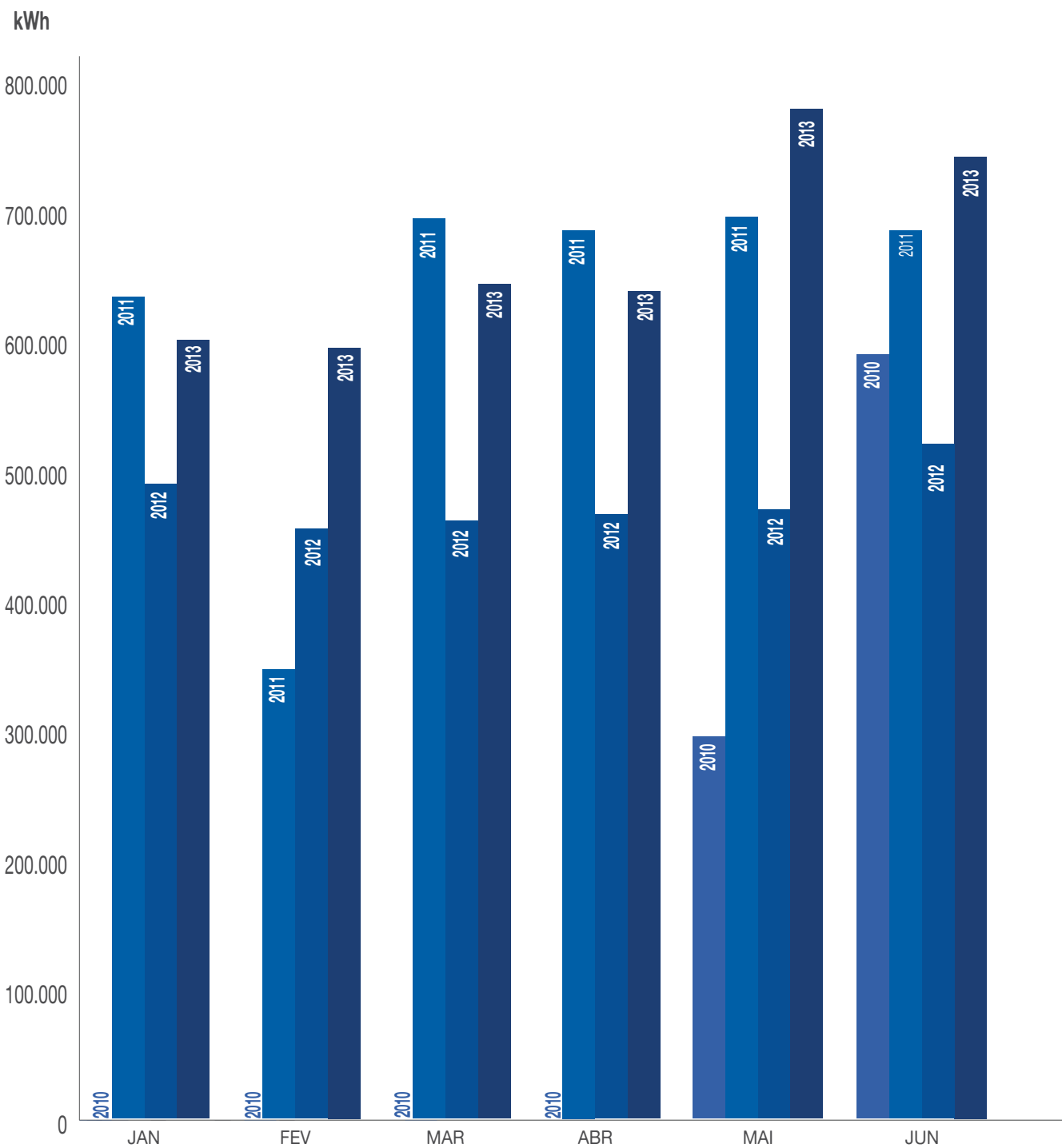
1.4 Unidade de Valorização Energética do Biogás

Em Maio de 2010, iniciou-se o funcionamento da Unidade de Valorização Energética do Biogás produzido no Aterro Sanitário.

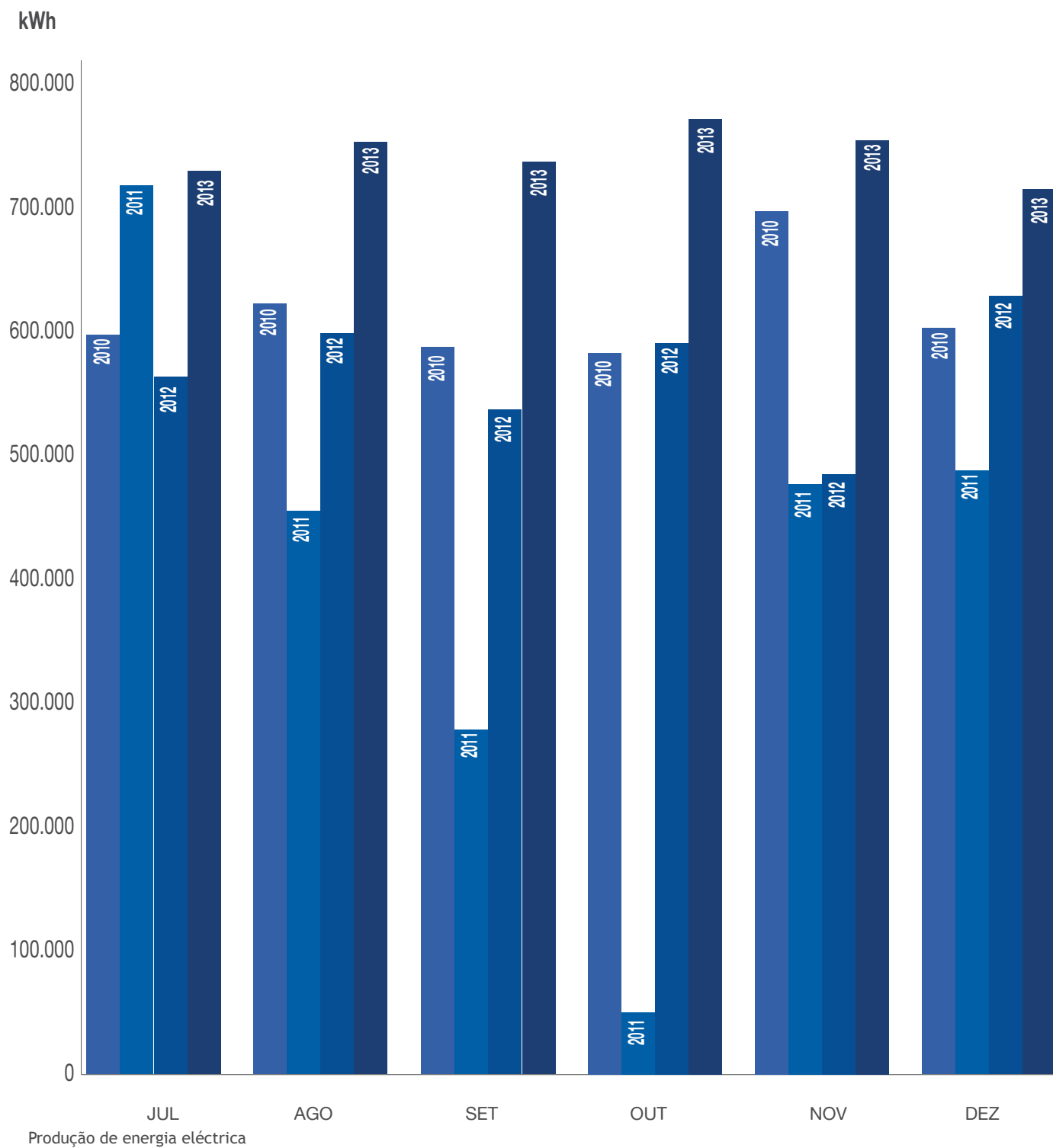
Esta central permite a valorização energética do biogás produzido por decomposição orgânica dos Resíduos Não Perigosos depositados em aterro. Compreende a extracção do biogás do aterro e a sua utilização como combustível num grupo motor gerador de potência eléctrica 1 063 kW. A energia eléctrica produzida é elevada a 15 kV e injectada na rede de distribuição da EDP, ao abrigo do estatuto do produtor em regime especial.

Os quadros seguintes representam a produção de energia eléctrica da unidade durante o ano de 2010 a 2013.

Descrição Ano 2013	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Total
Produção Biogás (Média Caudal) (m ³ /h)	445	485	484	501	583	587	628	609	635	633	625	630	6.845
Produção de Energia Eléctrica (kWh)	591.875	585.084	633.135	628.220	766.160	730.162	719.890	742.747	726.651	761.227	744.139	704.333	8.333.623



Produção de energia eléctrica

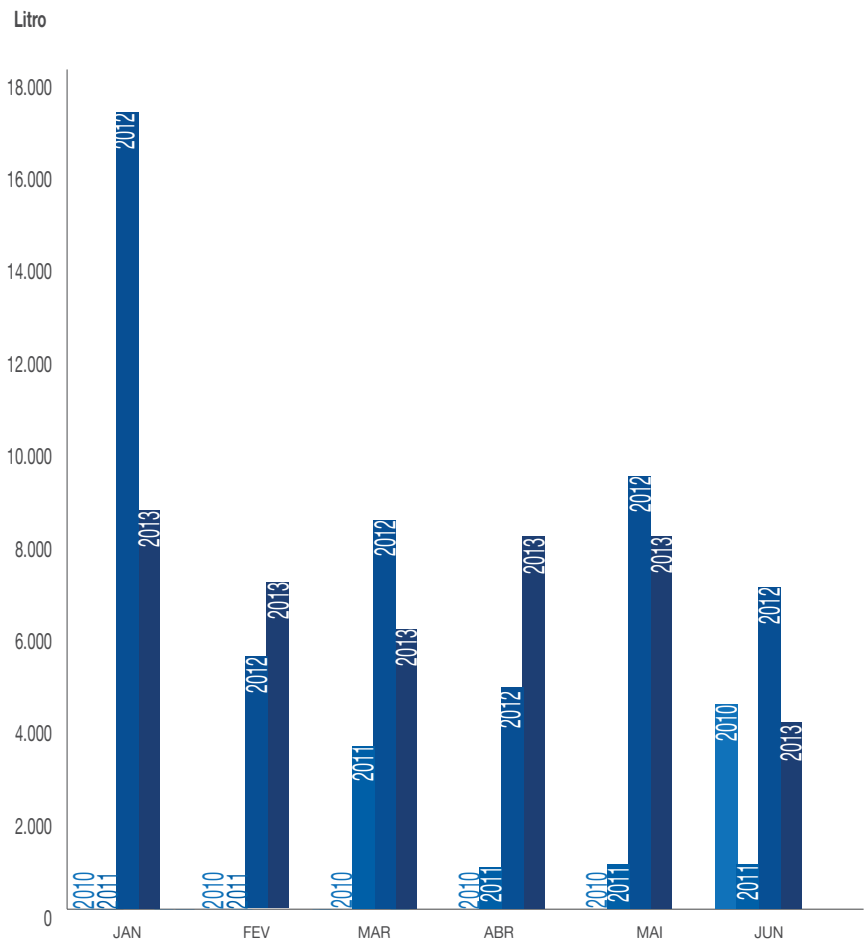


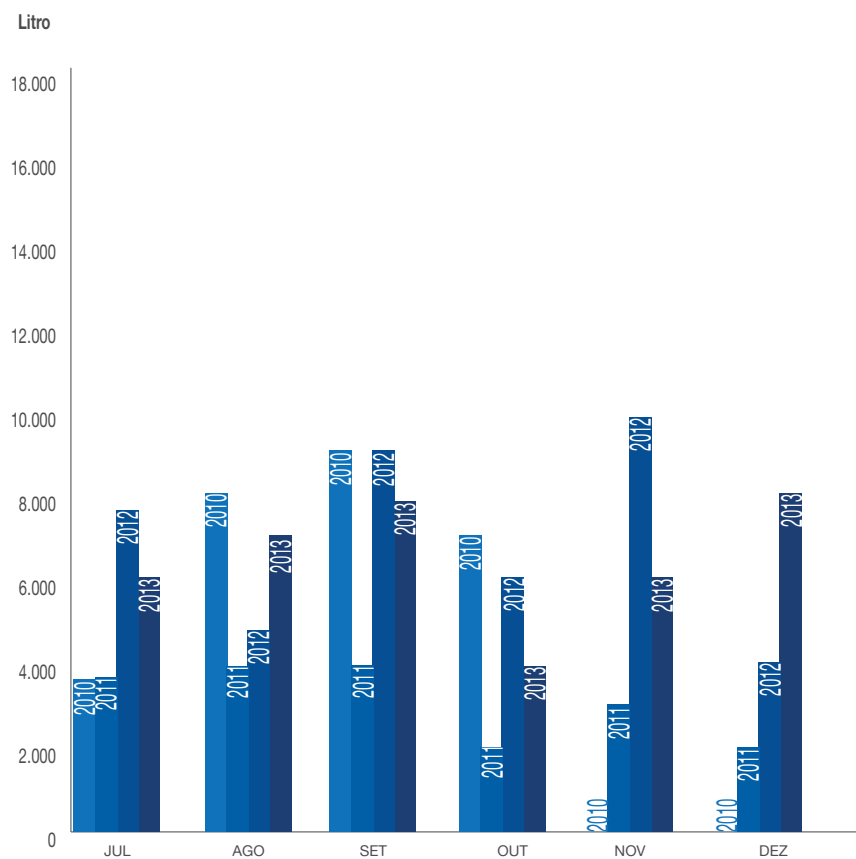
1.5 Unidade de Produção de Biodiesel

Relativamente à produção do biodiesel, esta iniciou-se em Junho de 2010. O quadro que se segue apresenta os valores de biodiesel produzidos na nesta unidade no ano de 2013, bem como os quantitativos introduzidos no consumo.

Descrição	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Total
Biodiesel produzido (litros)	8.550	7.000	6.000	8.000	8.000	4.000	6.000	7.000	7.800	3.900	6.000	8.000	80.250
Biodiesel introduzido no consumo (litros)	1.008	2.176	3.476	2.045	2.022	993	1.002	0	0	0	0	2.604	15.326

O gráfico seguinte mostra os quantitativos de biodiesel produzidos nos anos de 2010 a 2013.





1.6 Monitorização

Ao abrigo do exposto no Decreto-lei n.º 194/2000 de 21 de Agosto, relativo à Prevenção e Controlo Integrado da Poluição (Diploma PCIP) para a actividade de gestão de resíduos, foi emitida à Braval, em 12/05/2006, pelo Instituto do Ambiente, a Licença Ambiental do Aterro de Resíduos não perigosos do Baixo Cávado.

Assim, torna-se necessário garantir o cumprimento de vários requisitos, nomeadamente os respeitantes aos processos de monitorização do aterro sanitário, quer na sua fase de exploração, quer na sua fase de encerramento.

Consequentemente, no decorrer de 2013 cumpriu-se o plano de monitorização tendo como base a Licença em questão, o qual pode ser resumido no seguinte:

Tipo	Parâmetros	Periodicidade	
		Exploração	Encerramento
Águas Subterrâneas	Composição Níveis freáticos	Mensal / Semestral Semestral	Anual / Trimestral Trimestral
Águas Lixiviadas	Volume Composição	Mensal Semanal* / Mensal	Semestral Semestral
Topografia do Aterro	Estrutura, composição Assentamento	Anual Anual	Anual Anual
Biogás	Composição	Mensal	Semestral
Efluentes Gasosos	Composição	Semestral	Semestral
Dados Meteorológicos	Composição	Diária	Diária

* Análises de caracterização realizadas no laboratório anexo à ETAL.

Em 2013 a monitorização dos efluentes gasosos, foi realizada aos gases de escape da Unidade de Valorização energética do biogás, de acordo com as indicações da Agência Portuguesa do Ambiente.



Unidade de Valorização Energética do Biogás

Mais uma vez, foi solicitada à CCDR-N a dispensa de monitorização das emissões dos dois queimadores existentes na instalação.

Foi ainda solicitada à ARH-Norte a licença de utilização dos recursos hídricos para descarga do efluente tratado na ETAL, uma vez que os resultados de monitorização cumprem os limites legais.

Para a minimização do problema da ocorrência de odores na envolvente do aterro sanitário, a Braval já possui 5 sistemas de neutralização de odores: três rampas de neutralização e dois canhões de aspersão. As rampas de neutralização de odores funcionam nas horas mais problemáticas do dia, ou seja, ao amanhecer e ao anoitecer, perfazendo um total diário de 10 horas, neutralizando assim, as moléculas de odores geradas em toda a zona envolvente do aterro sanitário.



Rampa de neutralização de odores

Para o combate da ocorrência de picos de odores durante as diferentes horas do dia, a Braval continua a utilizar o sistema de neutralização móvel e mais direccionado para a origem dos odores, designado por canhão de aspersão.

O sistema mais recente é denominado Canhão de Aspersão Fixo, e tem como objectivo a minimização da ocorrência de odores, agora, na parte mais a sul do aterro sanitário.



Canhão de Aspersão Fixo

1.7 Sensibilização

Como meio de sensibilização contínua, durante o ano de 2013, a Braval foi visitada por **1.381 pessoas**, distribuídas por **44 visitas**, numa média de 31 pessoas por visita.

Nestas visitas, para além duma explicação detalhada sobre a empresa, os participantes têm a oportunidade de ver o funcionamento da Estação de Triagem, bem como, o Aterro Sanitário e a Estação de Tratamento de Águas Lixiviadas, Ecocentro, Unidade de Valorização de Biogás e Biodiesel.

Estas visitas tornam-se um excelente meio de sensibilização, pois permitem o contacto directo com a população, obtendo feedback, esclarecendo eventuais dúvidas e recebendo sugestões. Em todas visitas foram distribuídos panfletos informativos e o inquérito de satisfação, com 40% de respostas e 97% de satisfação (engloba respostas Satisfeito e Muito Satisfeito).

Cerca de 500 pessoas assistiram a 10 acções de sensibilização realizadas, numa média de 50 pessoas por acção. Aqui, destacam-se, para além das palestras, acções em espaços públicos.

No total, cerca de 1.881 pessoas foram atingidas pelas visitas e palestras da Braval, em 2013, e cerca de 500 crianças assistiram ao espectáculo Reciclónico, no Dia Mundial do Ambiente.

A Braval esteve presente na Aldeia Natal, na Diverlanhoso, de 9 a 29 de Dezembro, dinamizando a casa da Terra Verde, pela qual passaram milhares de visitantes.

Em forma de conclusão, em 2013, o número de visitas voltou a descer generalizadamente. Diminuiu quer n.º de visitantes, quer o n.º de visitas, em todos os níveis de ensino, assistindo-se ao crescimento da categoria “Outros”, quer no n.º de visitas, quer no n.º de visitantes. Nesta categoria destacam-se várias associações e centros de formação.

Em 2013 os grupos com maior número visitantes foram para além da categoria “Outros”, o ensino básico de 1º ciclo.

VISITAS				
Instituição	Nº Visitas	%	Nº Visitantes	%
Pré-Escolar	2	4,5%	60	4,4%
E. B. 1	9	20,5%	500	36,2%
E. B. 2, 3	3	6,8%	140	10,1%
Secundárias	3	6,8%	119	8,6%
Ensino Superior	1	2,3%	16	1,2%
Outros	26	59,1%	546	39,5%
Total	44	100 %	1.381	100 %

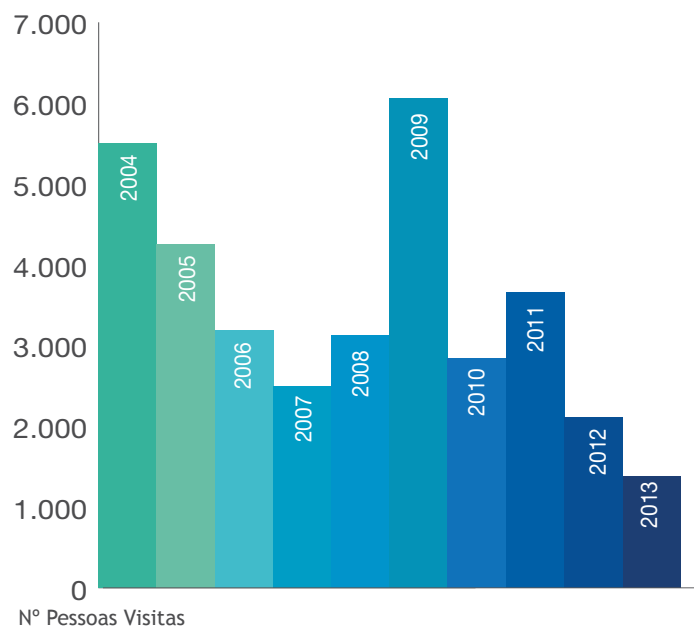
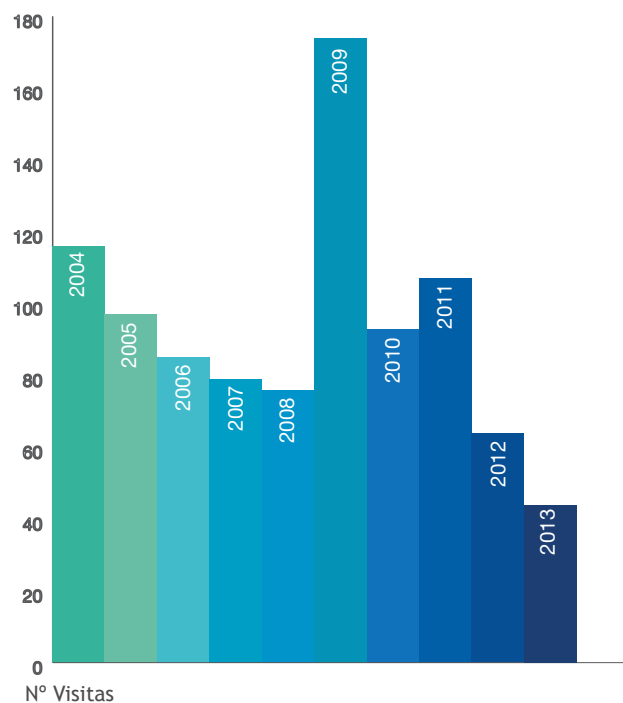
10 acções de sensibilização, num total de 500 pessoas.

Média de visitantes por mês: **115**

Média de visitas por mês: **4**

Média de pessoas por visita: **31**

Média de pessoas por acção de sensibilização: **50**



A Braval patrocinou o espectáculo Reciclónico, do Tin.bra, um espectáculo teatral baseado na colecção de 4 livros infantis intitulada Reciclomania, do escritor bracarense Pedro Seromenho, apresentando-o a crianças dos 6 municípios, no Dia Mundial do Ambiente.



Espectáculo Reciclónico

No Natal de 2012, a Braval lançou uma **campanha de solidariedade**: por cada tonelada de resíduos recicláveis recolhida em Dezembro, a Braval ofereceria 1kg de alimentos a instituições de solidariedade social. Apurados os resultados, a Braval ofereceu, em 2013, 1.100 kg de alimentos, que foram entregues aos representantes dos 6 municípios.

A campanha teve sucesso uma vez que a queda anual de recolha selectiva foi em média de 7% e em Dezembro apenas 3%.



Campanha de Entrega de Alimentos

Foi realizada uma campanha de sensibilização, ao longo do mês de Julho, para as centenas de grupos de escolas, jardins e infância, ATL's e creches que, habitualmente, se deslocam durante esse mês para o areal da praia da Apúlia. A cada grupo foram oferecidos um saco-ecoponto e uma bola insuflável.



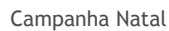
Campanha Praia

A Braval esteve na Aldeia Natal da Diverlanhoso, dinamizando a Casa da Terra Verde, de 9 a 29 de Dezembro, por onde passaram milhares de visitantes.



Aldeia Natal

Na época festiva, a Braval realizou uma vez mais a campanha “Neste Natal os embrulhos também são prendas”, oferecendo sacos-ecoponto, agendas 2014 e panfletos informativos a quem trouxe resíduos recicláveis às instalações da empresa.



1.8 Sistema de Gestão Integrado - Qualidade, Ambiente e Segurança

Em Dezembro de 2009 a Braval obteve a Certificação por dispor de um Sistema de Gestão Integrado, nas vertentes de Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho, conforme as normas UNE-EN ISO 9001:2008, UNE-EN ISO 14001:2004 e OHSAS 18001:2007, respectivamente.



Certificado de Sistema de Gestão Ambiental



GA-2009/0850

BRAVAL - VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, SA

Reporte de um sistema de Gestão Ambiental (segundo a norma UNE-EN ISO 14001:2004)

para as actividades: Recolha Selectiva, triagem e armazenagem temporária de resíduos para valorização. Deposição em aterro sanitário de resíduos sólidos não perigosos.

em as instalações: ATERRO SANITÁRIO: RUA DO ATERRO, FERREIRO, POVOA DE LAMARCO - 4620-166 FERREIRAS PVA (PORTUGAL) ESTACÃO DE TRANSFERÊNCIA DE LIXEIRA DO MUNDO PARQUE INDUSTRIAL DAU CENDEIRINHOS - 4620-427 TABUADA (PORTUGAL)

Data de emissão: 2009-12-16
Data de validade: 2012-12-16

AENOR

Associação Española de Normalización y Certificación
Unión AENOR: Edificio Círculo de los Seguros, s/n, 28013 Madrid España
Tel: 91 533 33 33 - www.aenor.es

Entidade acreditada pelo INMETAS, com o nº 0001-00000000

AENOR é membro da ISO 9000 e da ISO 14000

Certificado de Sistema de Gestão Segurança e Saúde no Trabalho



SST-0397/2009

BRAVAL - VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, SA

Reporte de um sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho (segundo a norma EN ISO 45001:2018)

para as actividades: Recolha Selectiva, triagem e armazenagem temporária de resíduos para valorização. Deposição em aterro sanitário de resíduos sólidos não perigosos.

em as instalações: ATERRO SANITÁRIO: RUA DO ATERRO, FERREIRO, POVOA DE LAMARCO - 4620-166 FERREIRAS PVA (PORTUGAL) ESTACÃO DE TRANSFERÊNCIA DE LIXEIRA DO MUNDO PARQUE INDUSTRIAL DAU CENDEIRINHOS - 4620-427 TABUADA (PORTUGAL)

Data de emissão: 2009-12-16
Data de validade: 2012-12-16

AENOR

Associação Española de Normalización y Certificación
Unión AENOR: Edificio Círculo de los Seguros, s/n, 28013 Madrid España
Tel: 91 533 33 33 - www.aenor.es

Entidade acreditada pelo INMETAS, com o nº 0001-00000000

AENOR é membro da ISO 9000 e da ISO 14000

O Sistema de Gestão Integrado abrange as actividades de recolha selectiva, triagem e armazenagem temporária de resíduos para valorização e a deposição em aterro sanitário de resíduos não perigosos. O Conselho de Administração da Braval, definiu e assume uma Política que se estrutura e desenvolve segundo as intenções e orientações a seguir descritas:

MELHORIA CONTÍNUA DO DESEMPENHO DA ORGANIZAÇÃO, NUMA ESTREITA COLABORAÇÃO COM OS COLABORADORES E FORNECEDORES:

- estabelecendo e comunicando objectivamente o desempenho esperado e
- controlando e analisando com rigor e sistematicamente, o cumprimento dos objectivos definidos,
- promover a interactividade ao nível da segurança e saúde no trabalho, assegurando o controlo operacional adequado dos fornecedores e subcontratados.
- promover uma gestão das diferentes actividades, focada no resultado, tendo em vista a sustentabilidade económica por actividade.

SATISFAZER AS EXPECTATIVAS E NECESSIDADES DOS CLIENTES:

- em pleno cumprimento dos requisitos do contrato de concessão,
- mantendo os princípios de boas relações com os Municípios, cumprindo com os requisitos de serviços acordados, melhorando a colaboração e transparência na informação e
- melhorando e respeitando os requisitos técnicos especificados para os produtos que resultam da actividade.

PROMOVER A MELHORIA DA CONFORMIDADE DOS PRODUTOS E SERVIÇOS:

- privilegiando, sempre, as soluções de valorização relativamente às de deposição e confinamento técnico, efectuando o que estiver ao seu alcance para prevenir a poluição,
- cumprindo a legislação aplicável e outros requisitos que a BRAVAL subscreva,
- intervindo na recolha, tratamento, armazenagem e encaminhamento de “novos” resíduos, abrindo o leque de alternativas e ao serviço dos clientes e potenciais clientes e
- assegurando a transparência nos procedimentos de contratação com fornecedores e clientes.

POTENCIAR A MOTIVAÇÃO E PROACTIVIDADE NA RELAÇÃO COM OS COLABORADORES:

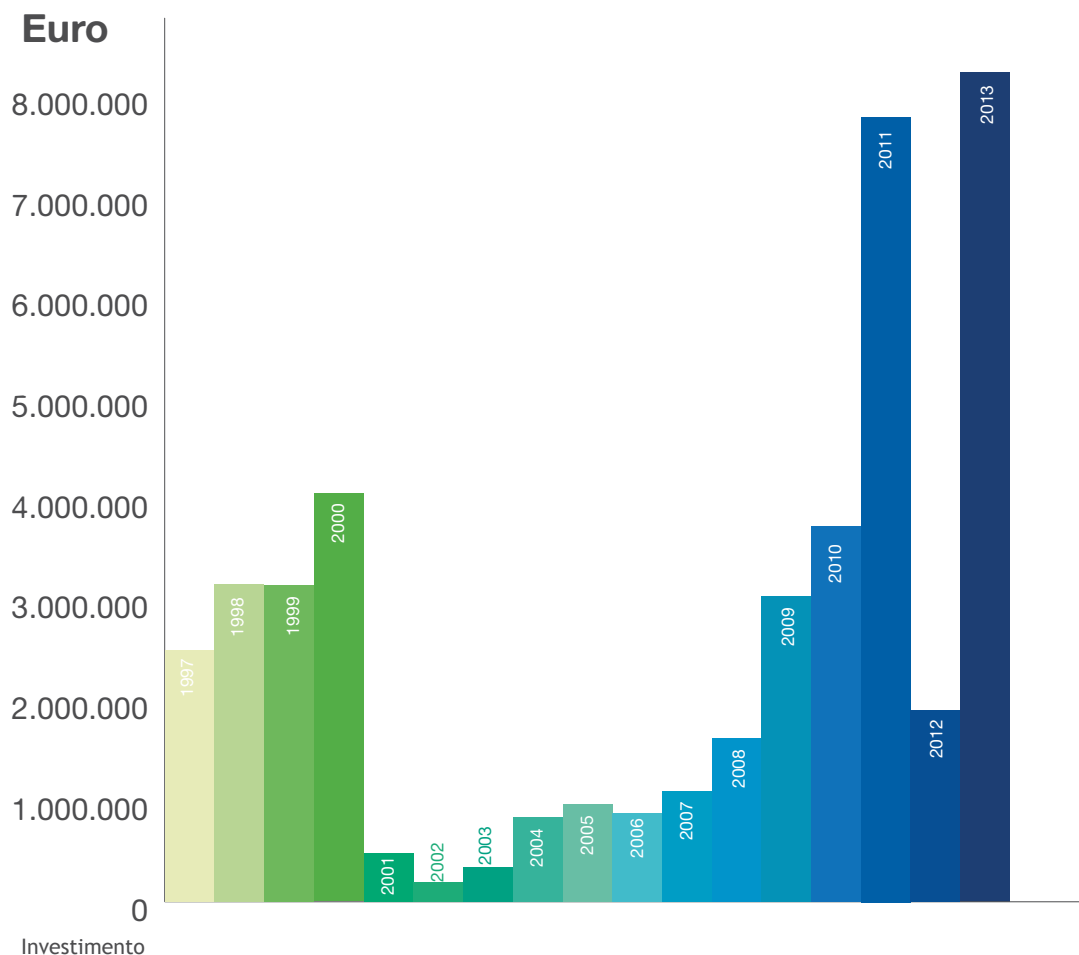
- verificando e promovendo o desenvolvimento das competências necessárias e adequadas ao “saber fazer” e o “acto seguro”,
- incentivando ao envolvimento e à participação pessoal na discussão de novas soluções organizacionais e operacionais e
- privilegiando a melhoria contínua das condições de segurança e saúde no trabalho, obedecendo aos princípios gerais de prevenção cumprindo com o enquadramento legal e normativo.

PROMOVER E PARTICIPAR ACTIVAMENTE NA CONSCIENCIALIZAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL:

- estabelecendo e dinamizando canais de comunicação corrente com a comunidade envolvente e
- sistematizando processos de informação associada à actividade e em particular para os seus clientes, entidades e organismos reguladores e fiscalizadores.

2. INVESTIMENTO, FINANCIAMENTO E FUNDOS COMUNITÁRIOS

Durante o presente exercício, dando continuidade ao plano inicialmente traçado, foram investidos 8.241.025,04€, cifrando-se agora o montante global, desde o início da actividade, em 43.837.872,83€.



No decorrer de 2013, há a salientar o seguinte investimento:

Rede de Drenagem de Biogás

No seguimento do processo de exploração do aterro sanitário, a rede de captação e drenagem do biogás tem sido expandida. Para tal, tem-se vindo a adquirir tubagens e acessórios necessários para a rede de drenagem. Estes trabalhos de expansão têm permitido o máximo aproveitamento energético do biogás produzido no Aterro Sanitário.

Reforço da Rede de Recolha Selectiva

À semelhança dos anos anteriores, em 2013 prosseguiu-se com o esforço no reforço da rede de recolha selectiva, através da aquisição de novos ecopontos. Foram adquiridos 22 ecopontos (constituídos por três contentores para, respectivamente, papel/cartão, plástico/metal e embalagens de vidro) do tipo subterrâneo e 12 ecopontos do tipo superfície. No que diz respeito a ecopontos do tipo superfície, e para fazer face a situações especiais - menor produção de resíduos e menor disponibilidade de espaço para colocação dos ecopontos - foram adquiridos 3 ecopontos de superfície com apenas 1,5 m³ de capacidade. Por último, foram adquiridos 24 pilhões para instalação em ecopontos de superfície.



Ecoponto Subterrâneo

Empreitada do Aterro Sanitário - Conclusão

Iniciada já em 2012, terminou em Maio de 2013 a empreitada de construção do novo Aterro Sanitário da BRAVAL, composto por duas células, uma das quais dedicada exclusivamente à deposição de Resíduos Não Perigosos. Esta empreitada corresponde à primeira fase do novo aterro sanitário sendo, a médio prazo, construídas duas novas células para deposição de Resíduos Urbanos. O arranque da respectiva exploração está dependente da obtenção de alvará da entidade licenciadora, tendo já sido efectuada a necessária vistoria pelas entidades competentes.



Novo Aterro

ValEGG - Valorização de Resíduos de Casca de Ovo para Produção de Absorventes de Baixo Custo - Conclusão

A BRAVAL iniciou, já em 2011, e em parceria com o CVR - Centro para Valorização de Resíduos, projecto de tratamento de lixiviados a partir de um resíduo com bastante disponibilidade e baixo custo e, actualmente, sem qualquer aproveitamento: cascas de ovo. Este projecto reveste-se de carácter fortemente inovador, uma vez que consiste na primeira tentativa experimental de tratamento de lixiviados com recurso a cascas de ovo. Terminado em 2013, culminou com a criação de unidade-piloto na Estação de Tratamento de Águas Lixiviadas. O projecto foi financiado a 75%, com recurso ao programa de consignação do produto da taxa de gestão de resíduos.

Ecoparque Braval 2ª Fase - Ampliação da Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico de Resíduos Sólidos

Para cumprimento das metas de redução da deposição de Resíduos Biodegradáveis Urbanos em aterro sanitário, previstas no Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU II), está a decorrer a segunda fase da Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico de Resíduos Sólidos, correspondente à ampliação das instalações já construídas. O projecto desta ampliação, financiado a 85% pelo Programa Operacional de Valorização do Território do Quadro de Referência Estratégico Nacional, prevê um investimento de 13.500.000€. Prevê-se a conclusão da fase de construção - e início dos testes e ensaios - no segundo trimestre de 2014.

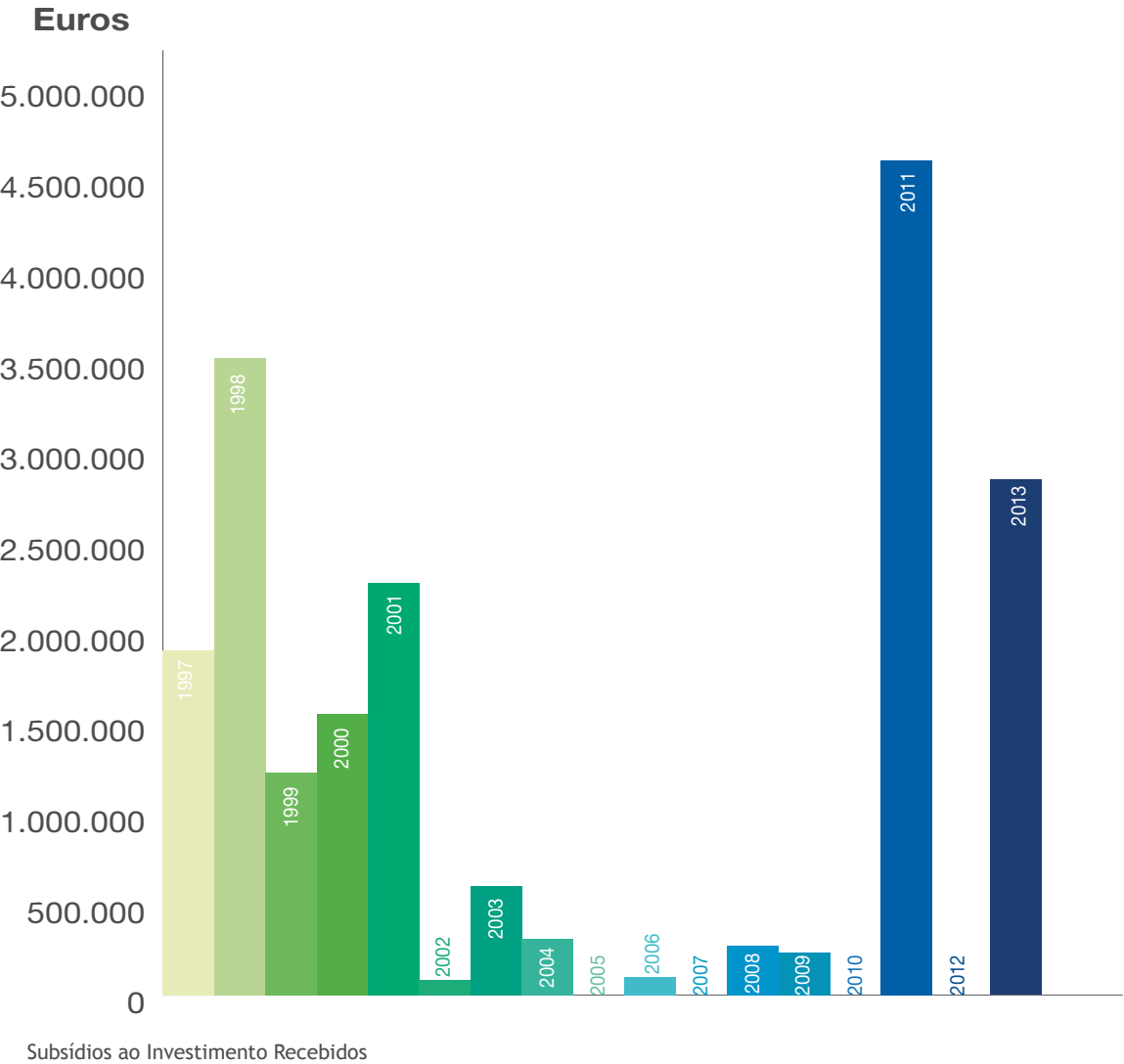


UTMB - 2ª Fase

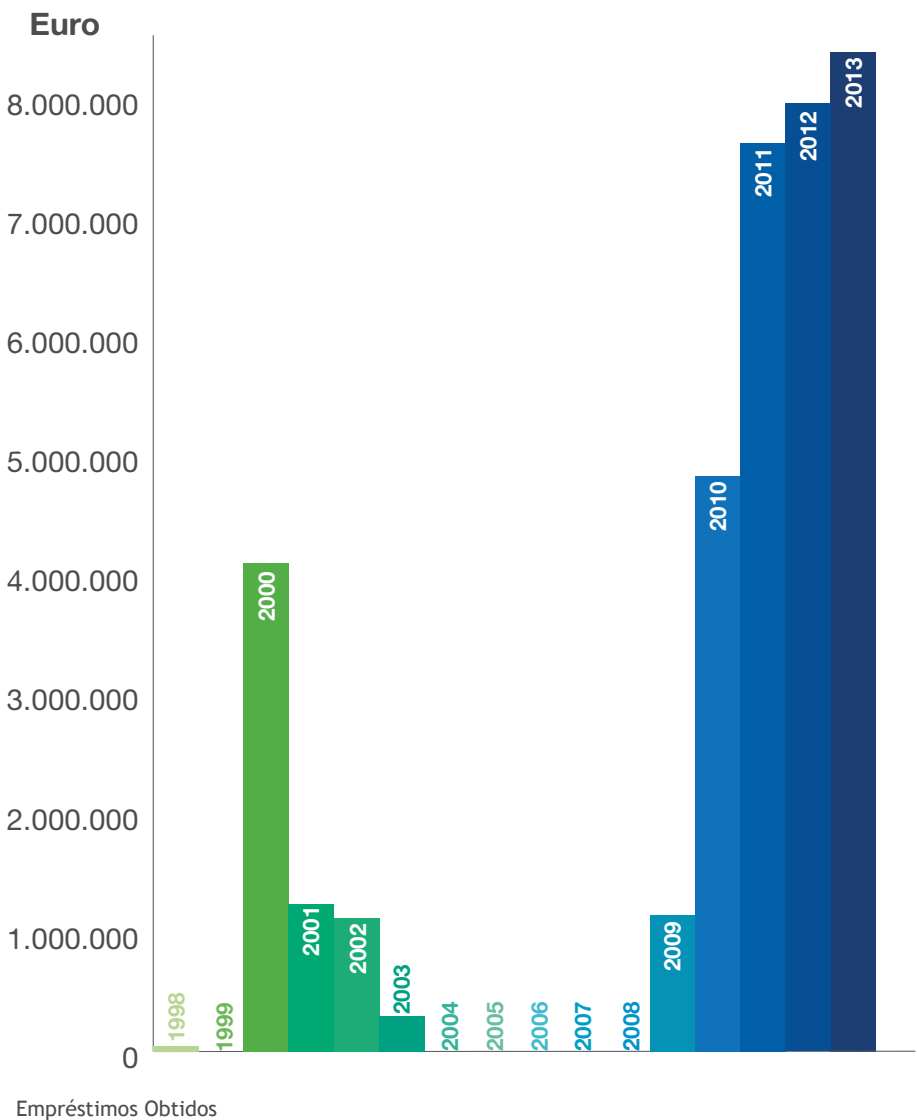
Aquisição de Viatura para Recolha de Óleos Alimentares Usados

Volvidos cinco anos do arranque do projecto Óleo+, de recolha de óleos alimentares usados e produção de biodiesel, houve necessidade de proceder à substituição da viatura de recolha selectiva deste resíduo, que apresentava diversos problemas mecânicos decorrentes do uso intensivo a que estava sujeita. Com efeito, foi adquirida nova viatura ligeira de mercadorias, da mesma marca e modelo da anterior.

Em 2013, e relativamente aos **Fundos Comunitários**, no âmbito da candidatura Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico - Ecoparque Braval 2ª Fase, foi reembolsado um montante global de 2.825.329,11€ de subsídios do Fundo de Coesão e no âmbito do Projecto ValEgg foi reembolso 16.353,75€, perfazendo um total de subsídios recebidos de 2.841.682,86€.



Durante o ano de 2013, com os avultados investimentos necessários para o incremento da actividade desta empresa, houve necessidade de recorrer ao crédito bancário, através de contratos de abertura de crédito, no valor global de 3.300.000€. De referir, igualmente, que no presente ano também se amortizaram empréstimos contraídos anteriormente no valor total de 2.864.021,20€. A 31 de Dezembro de 2013 o montante acumulado de empréstimos obtidos cifrava-se nos 8.398.391,13€.



3. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Foram praticadas, por tonelada, as seguintes tarifas durante o ano 2013:

RSU's	18,85
RIB's	33,00
Areias Fundação	11,60
Resíduos Construção	6,00

Relativamente aos **Gastos**, que ascenderam em 2013 os 5.705.000€, verificando-se uma ligeira diminuição em relação a 2012, há a destacar as seguintes rubricas:

Unidade: euro

Descrição	2009	2010	2011	2012	2013	Δ% 2012/2013
Fornecimentos e serviços externos	1 744 476,25	1 522 889,04	1 712 442,81	1 810 378,08	1 898 703,58	4,88%
Gastos com o pessoal	1 525 270,33	1 611 131,22	1 724 760,28	1 807 151,60	1 710 796,90	-5,33%
Gastos de depreciação e de amortização	1 338 523,65	1 409 175,57	1 434 953,84	1 511 941,82	1 344 538,68	-11,07%
Gastos e perdas de financiamento	18 785,44	67 742,07	220 939,19	341 575,18	468 737,39	37,23%
Gastos Totais	4 849 145,10	4 895 115,25	5 321 983,48	5 743 597,38	5 704 591,26	-0,68%



Quanto aos **Rendimentos**, que em 2013 perfizeram um montante global de 5.943.369,56€, convém destacar o **volume de negócio**, que registou um valor total de **5.207.789,53€**, verificando-se assim, um aumento de 282.844,17€ comparativamente com o ano anterior.

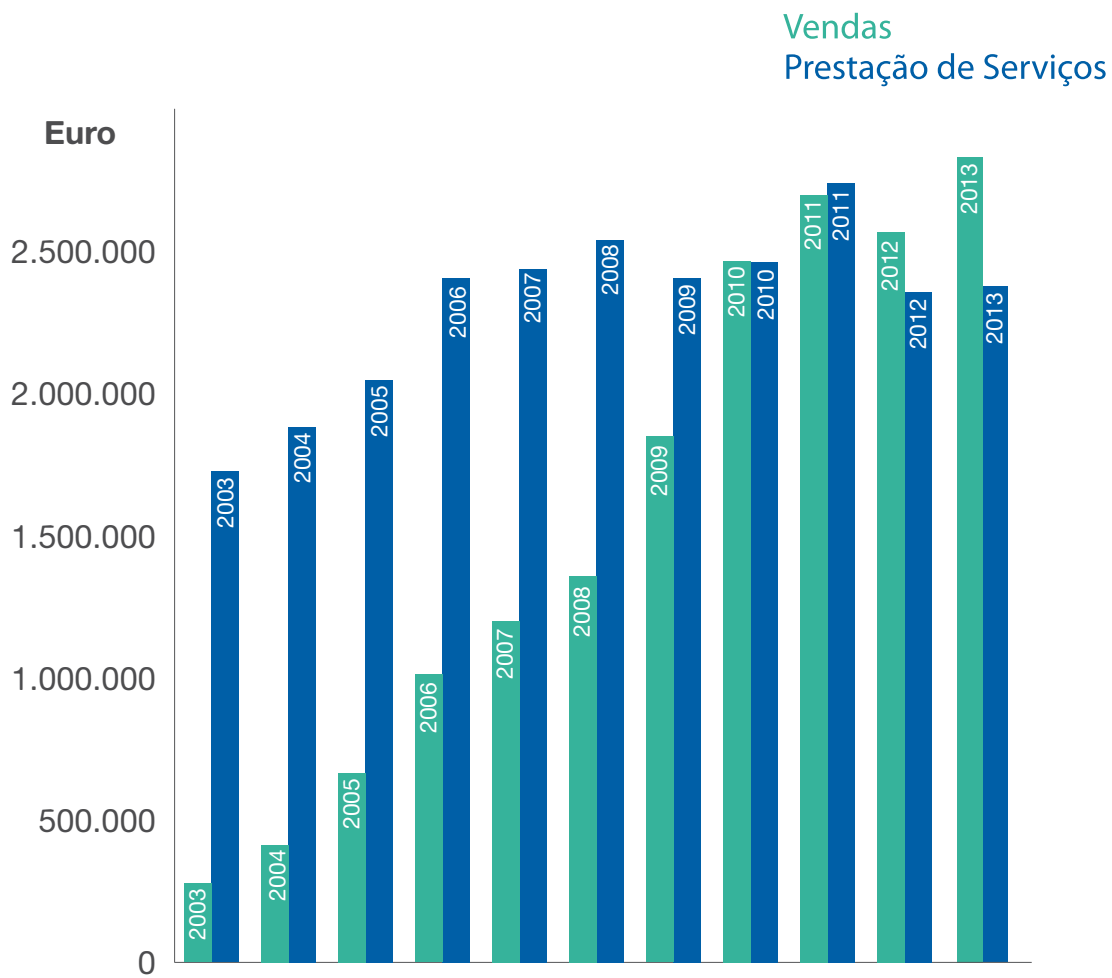
De salientar, que nas **vendas**, que englobam a venda dos produtos para valorização e a venda de energia eléctrica relativa à valorização energética do biogás produzido no aterro sanitário, verificou-se um incremento de 10%. Este aumento foi devido ao crescimento verificado de 258.522,87€ na venda de energia eléctrica, que compensou as quebras verificadas nas vendas de alguns materiais recicláveis.

As **prestações de serviços**, que abrangem os resíduos depositados em aterro, em 2013, aumentaram ligeiramente, como se pode verificar no quadro que se segue:

Unidade: euro

Descrição	2009	2010	2011	2012	2013	Δ % 2012/2013
Vendas	1 848 216,72	2 464 422,69	2 698 059,55	2 568 077,85	2 832 183,22	10,28%
Prestações de Serviços	2 405 822,95	2 460 944,31	2 738 939,42	2 356 867,51	2 375 606,31	0,80%
Outros rendimentos e ganhos	675 341,88	571 725,20	558 641,24	568 936,65	661 194,60	16,22%
Rendimentos Totais	4 986 557,55	5 538 502,77	6 115 526,32	5 574 141,38	5 943 369,56	6,62%

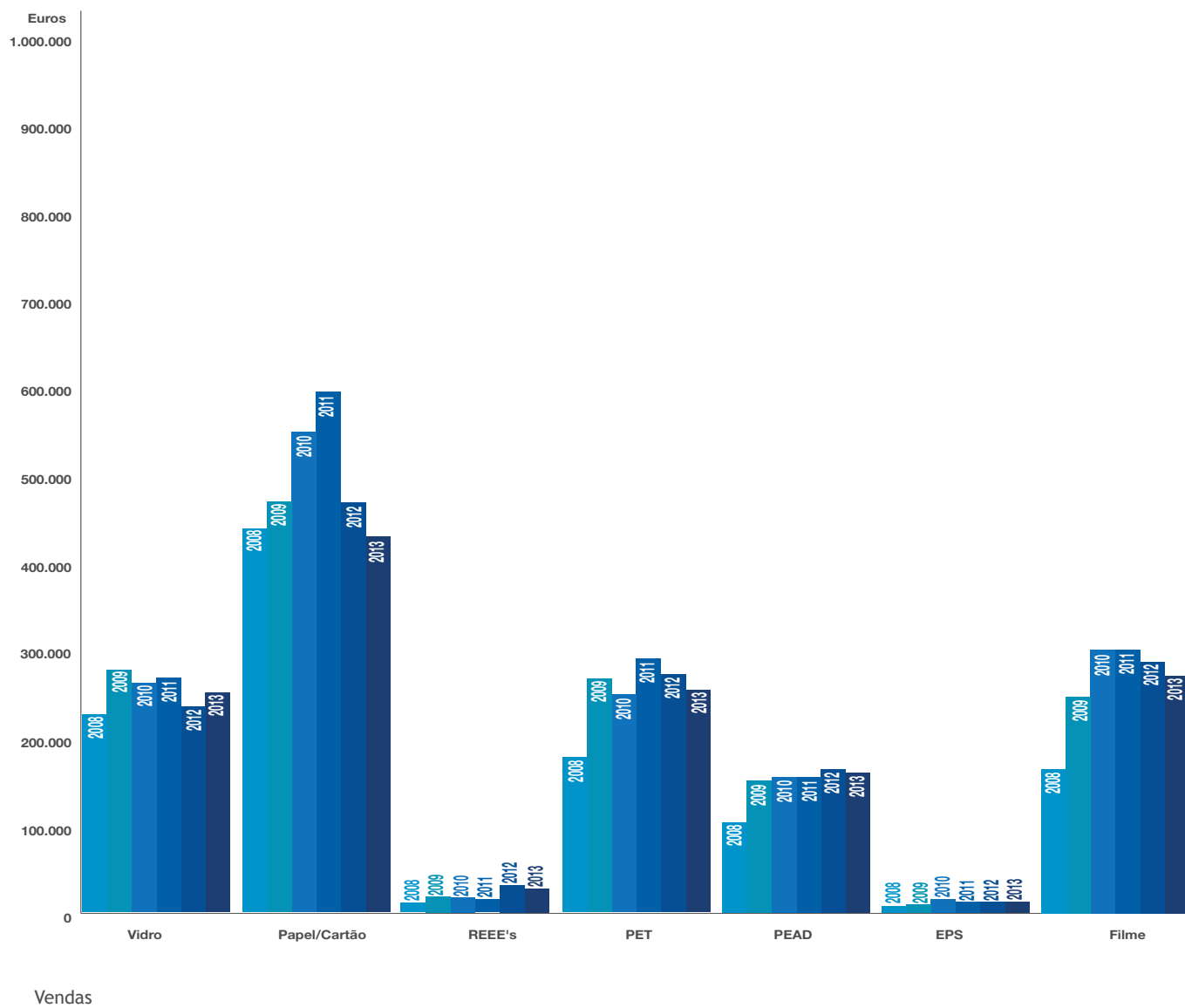


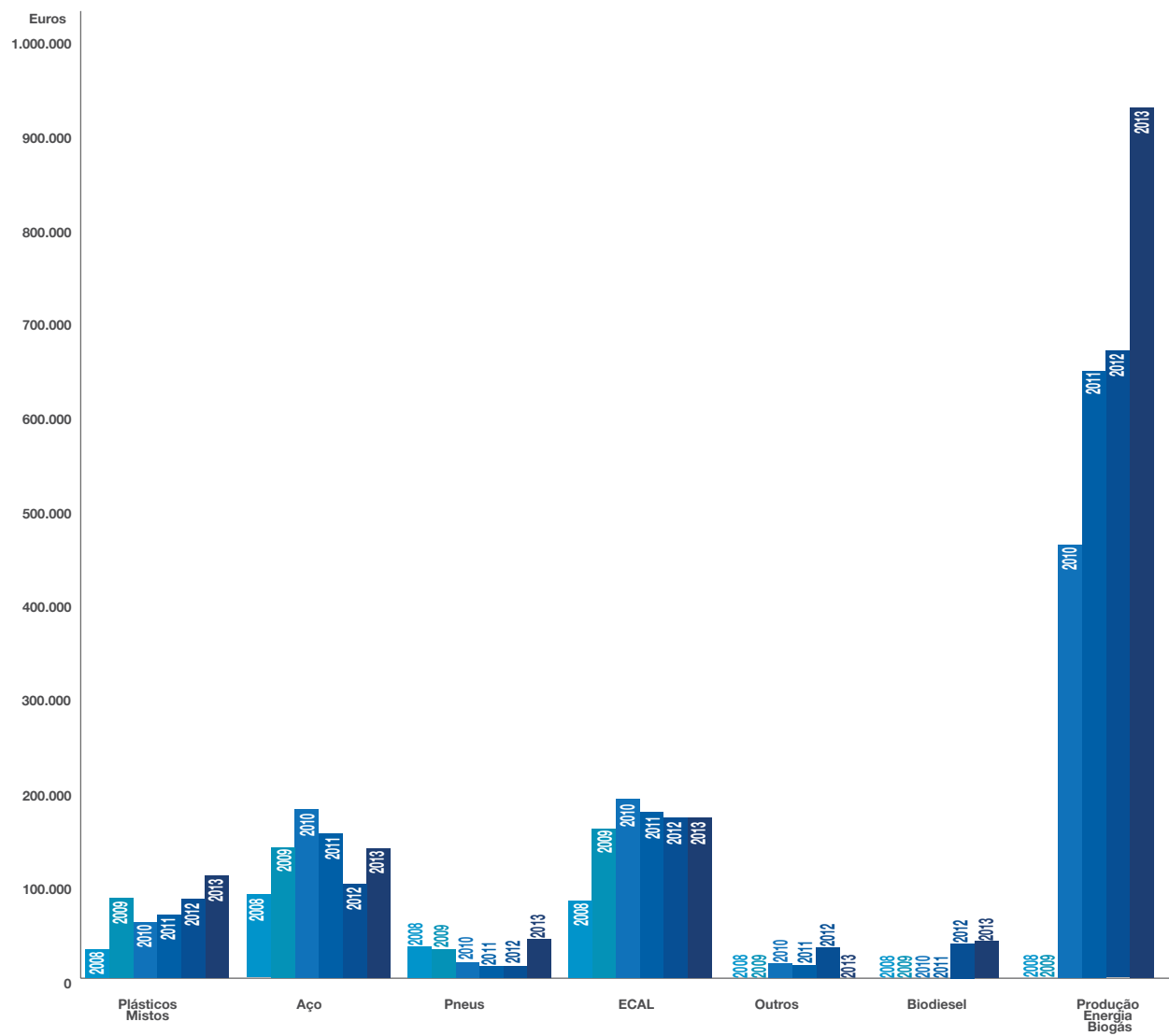


Ainda relativamente às vendas, convém especificar estas, isto é:

Unidade: euro

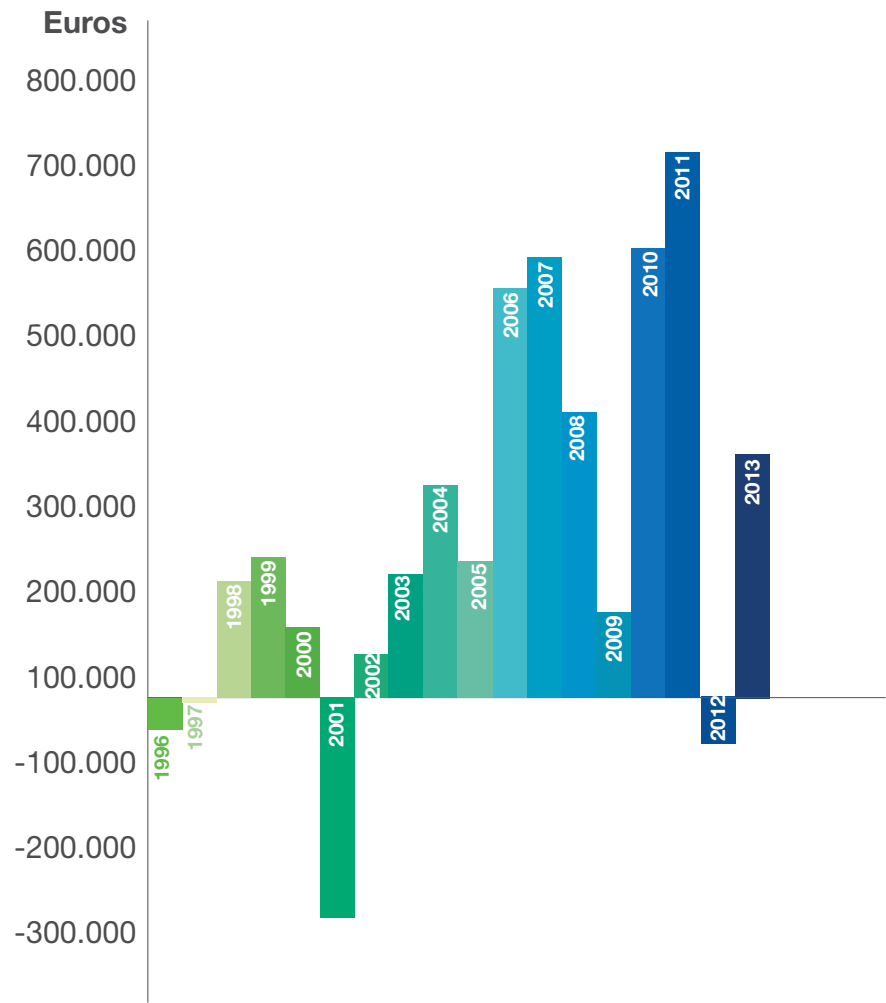
VENDAS						
	2009	2010	2011	2012	2013	Var.% 2012/2013
Vidro	276 038,20	261 000,70	266 654,66	233 777,46	250 116,71	6,99%
Papel/Cartão	467 788,29	546 889,26	592 595,88	466 830,88	427 207,02	-8,49%
REEE's	18 203,60	16 933,42	14 694,86	30 848,27	27 126,59	-12,06%
Plásticos						
PET	265 237,43	248 059,86	288 685,22	270 821,76	253 291,53	-6,47%
PEAD	150 412,93	154 643,66	154 160,08	163 213,76	159 084,40	-2,53%
EPS	9 238,04	15 659,34	12 900,88	12 535,68	12 752,36	1,73%
Filme	246 605,64	300 030,96	300 640,00	286 890,56	270 632,72	-5,67%
Plásticos Mistos	84 804,40	59 549,70	66 679,20	84 005,60	108 853,50	29,58%
Sub-total Plásticos	756 298,44	777 943,52	823 065,38	817 467,36	804 614,51	-1,57%
Aço	138 713,11	178 910,16	153 135,65	99 592,80	137 529,70	38,09%
Pneus	30 444,75	16 680,25	12 025,00	12 892,00	40 792,75	216,42%
ECAL	158 451,29	190 615,02	176 755,21	170 554,08	170 395,85	-0,09%
Outros	2 279,04	15 208,63	13 590,39	32 737,19	9 879,13	-69,82%
Biodiesel	0,00	0,00	0,00	36 931,21	39 551,49	7,10%
Produção Energia Biogás	0,00	460 241,73	645 542,52	666 446,60	924 969,47	38,79%
TOTAL	1 848 216,72	2 464 422,69	2 698 059,55	2 568 077,85	2 832 183,22	10,28%





Vendas

No presente exercício obteve-se um **Resultado Líquido** de **315.108,13€**, registando-se assim, um grande aumento no resultado em relação ao ano anterior.



Para finalizar a análise económico-financeira, o quadro abaixo sintetiza os principais indicadores, do ano 2009 a 2013:

						Unidade: euro
Descrição	2009	2010	2011	2012	2013	Δ % 2012/2013
Solvabilidade	95,58%	74,06%	74,09%	91,49%	79,26%	-13,36%
Autonomia Financeira	47,83%	42,55%	42,56%	47,78%	44,22%	-7,45%
Rendibilidade dos Capitais Próprios	2,87%	9,07%	7,25%	-0,39%	1,96%	604,75%
Volume de Negócios	4 254 039,67	4 925 367,00	5 436 998,97	4 924 945,36	5 207 789,53	5,74%
Financiamentos Obtidos	1 145 000,00	4 836 250,00	7 633 120,00	7 962 412,33	8 398 391,13	5,48%
Total do Activo	11 727 122,86	15 027 746,34	22 806 892,31	33 283 955,94	36 401 773,14	9,37%
Total do Passivo	7 887 147,97	8 633 898,30	13 100 530,66	17 381 692,90	20 306 366,68	16,83%
Capital Próprio	3 839 994,68	6 393 848,04	9 706 361,65	15 902 263,04	16 095 406,46	1,21%
Resultado Líquido	110 363,47	579 973,31	703 924,71	(61 678,99)	315 108,13	610,88%

Não existem dívidas em mora às Finanças e à Segurança Social.

4. FUNDO DE RENOVAÇÃO DO EQUIPAMENTO E FUNDO DE RECONSTITUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Para cumprimento das Cláusulas 12ª e 17ª do contrato de concessão, que obrigam a empresa à constituição do Fundo de Renovação de Equipamento e do Fundo de Reconstituição do Capital Social assim que inicie a actividade de exploração.

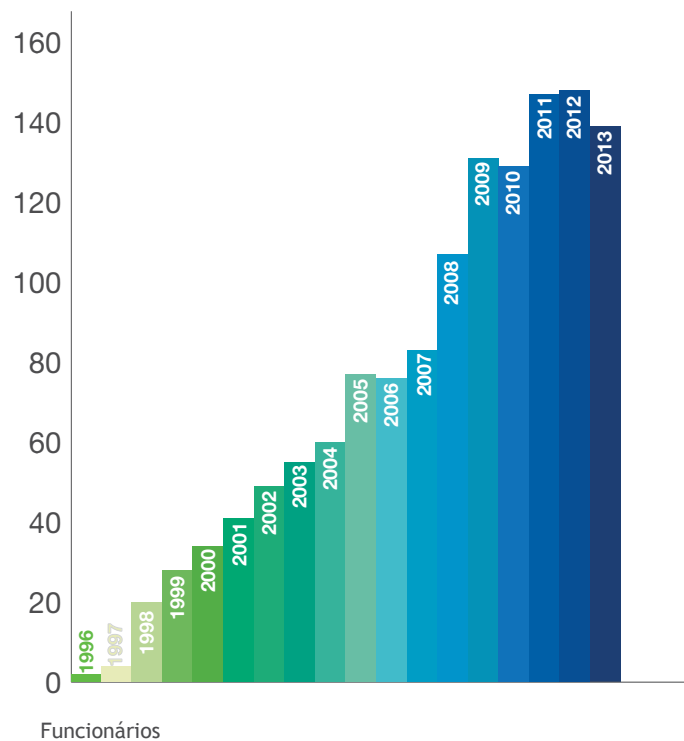
De salientar, que relativamente ao Fundo de Renovação do Equipamento, o Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) propôs a aprovação e sequente publicação de um despacho onde está previsto acabar com o Fundo em causa. Consequentemente, a Braval optou pela sua não constituição.

A Administração considerou constituir em 2013 o Fundo no valor de:

Fundo de Reconstituição do Capital Social	80.818 €
---	----------

5. RECURSOS HUMANOS

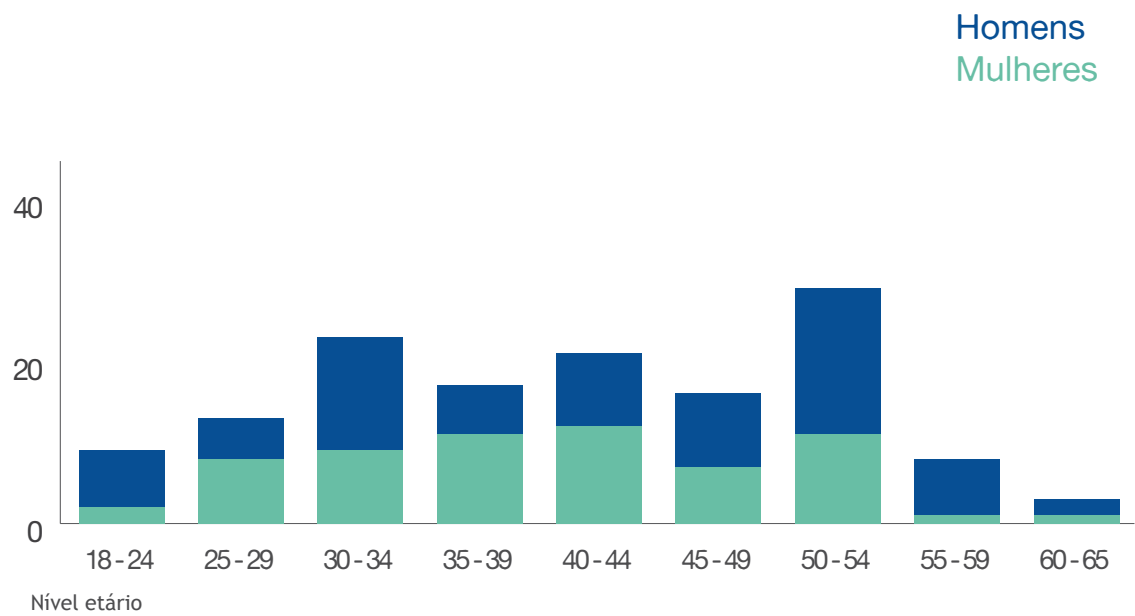
Em 31 de Dezembro de 2013, a empresa tinha ao seu serviço **139** colaboradores. Em 2013 foram admitidos 4 colaboradores e verificaram-se 13 saídas.



A afectação destes profissionais por área de actividade foi a seguinte:

Actividade	Número Funcionários
Órgãos Sociais	2
Pessoal Sede	12
Aterro	10
Manutenção Instalações	10
Biodiesel	2
Estação de Transferência	1
Transporte de RSU's	1
Recolha Selectiva	34
Estação de Triagem	57
Ecopontos	4
Biogás	3
ETAL	3

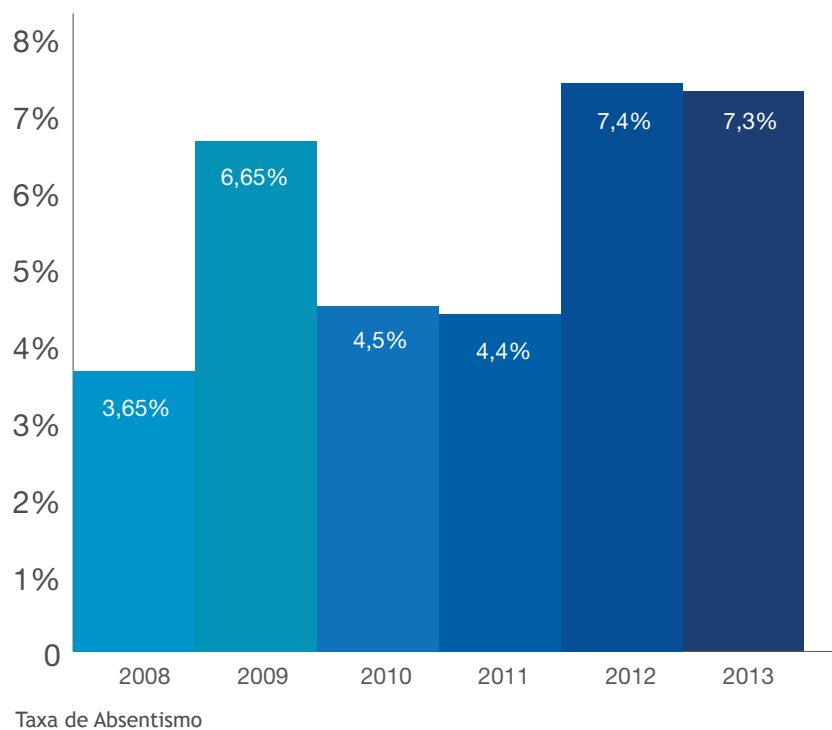
Quanto ao nível etário, verificou-se a seguinte distribuição dos colaboradores:



Nível Etário	Mulheres	Homens	Total
18 - 24	2	7	9
25 - 29	8	5	13
30 - 34	9	14	23
35 - 39	11	6	17
40 - 44	12	9	21
45 - 49	7	9	16
50 - 54	11	18	29
55 - 59	1	7	8
60 - 65	1	2	3
Total	62	77	139

Quanto à **taxa de absentismo**, há a salientar, que em 2013 esta foi de **7,3%**, registando-se assim, um decréscimo de 0,1% face a 2012.

As baixas médicas, baixas de seguro e licenças parentais, foram as rubricas que, por esta ordem, mais contribuíram para a taxa de absentismo total.



Relativamente ao Plano de formação, foram realizadas em 2013, as seguintes acções:

Acção de Formação	N.º Horas Formação	N.º Participantes	N.º Horas Total
Energias alternativas	40	6	240
Compostos orgânicos	26	6	156
Procedimentos de segurança	18	15	270
Estudos e gestão de projectos	20	6	120
Excel	21	6	120
Gestão de resíduos	24	15	360
Gestão de resíduos	24	15	360
Técnicas de socorrismo	25	15	375
Língua espanhola	50	15	750
ATEX	25	17	425
Equipamentos de Segurança – DL n.º 50/2005	25	16	400
Organização pessoal e gestão do tempo	25	16	375
Gestão e motivação de equipas	25	15	375
Microsoft project	18	6	108
TOTAL			4.440 h

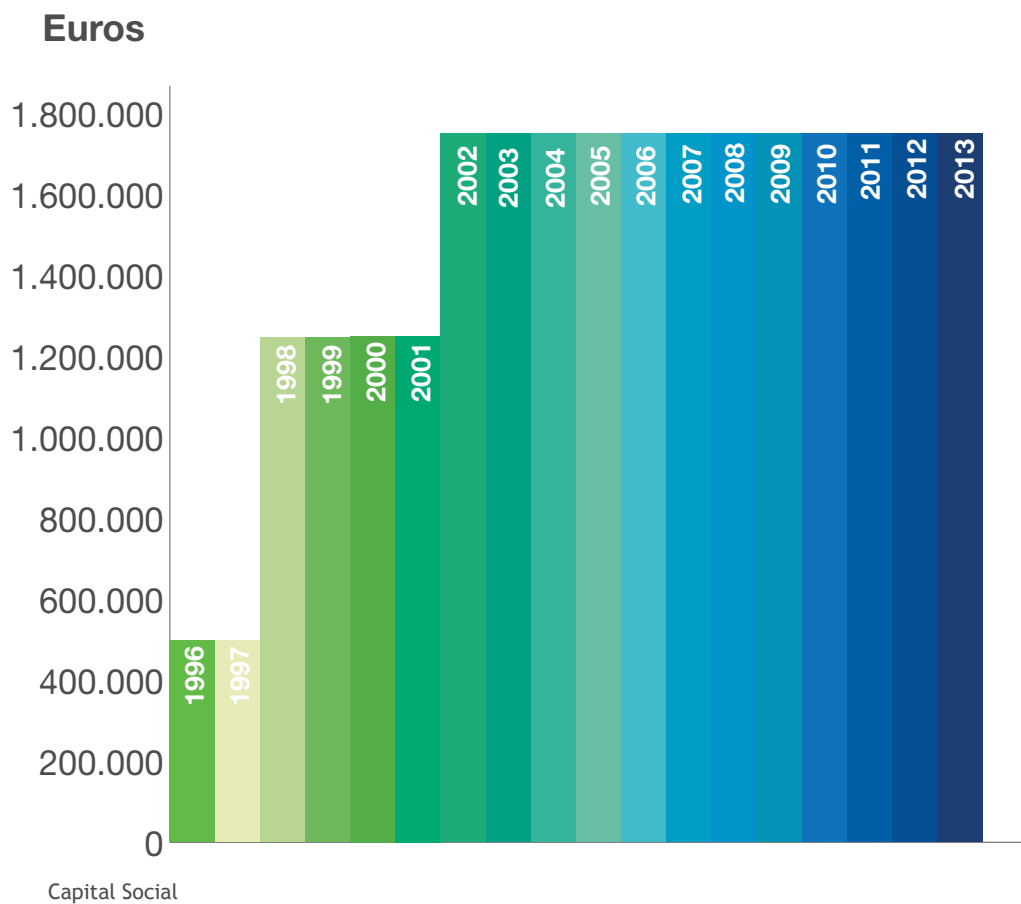
É ainda importante referir que o levantamento de necessidades que deu origem ao programa de formação foi efectuado por entidade externa (Bragaconta Formação) num modelo da mesma entidade, servindo de base para a elaboração do Programa de Formação, no entanto o mesmo já foi efectuado em 2012 dado que a formação para 2014 será a que não foi possível concretizar em 2013.

A nível das acções de sensibilização interna houve necessidade de algumas acções durante o ano de 2013, como é o caso de: Integração de novos colaboradores, sensibilizações decorrentes de acidentes relativamente ao uso de EPI, correcta movimentação manual de cargas, adopção de posturas correctas e cuidados a ter durante a recolha de ecopontos, entre outras. Estas acções de sensibilização são registadas onde é descrito o conteúdo da mesma.

6. CAPITAL SOCIAL

O Capital Social desta empresa tem-se mantido inalterado desde 2002.

O histórico do Capital Social é o seguinte:



7. OBJECTIVOS PARA O ANO 2014

A Braval assume como missão ser um agente activo na promoção da melhoria da qualidade de vida da população dos concelhos da sua área de actuação, tratando e valorizando os resíduos provenientes dos concelhos, participando continuamente na consciencialização da comunidade envolvente na vertente ambiental.

Assim, tem como política a melhoria contínua do desempenho da organização, numa estreita relação com os colaboradores e fornecedores, satisfazendo as expectativas e necessidades dos clientes, promovendo a melhoria da conformidade dos produtos e serviços, potenciando a motivação e pro-actividade na relação com os colaboradores, promovendo e participando activamente na consciencialização e educação ambiental.

Tendo sempre em vista esta missão, a Braval tem como objectivos primordiais para 2014:

- Entrada em funcionamento da CVO/TMB;
- Aumentar a produção de energia eléctrica, passando de 1 MW de potência actualmente instalada, com o aproveitamento do biogás do aterro, para 2 MW, ainda em 2014, com o funcionamento da CVO/TMB. Mais tarde e sujeito à obtenção de licença, pretendemos chegar aos 3 MW;
- Optimização da utilização dos recursos com vista ao aumento da eficiência da actividade de recolha selectiva e triagem, criar novos circuitos de triagem de plásticos, incluindo esta recolha na TMB;
- Optimização operacional, readaptando efectivos com vista à maior eficiência, nomeadamente para as novas valências que irão entrar em funcionamento, de modo a evitar recorrer a novas contratações;
- Avançar com o projecto do canil/gatil com crematório der de animais, que servirá os 6 municípios do Sistema, um sonho há já dois anos, desejamos que, em 2014, seja possível levar a cabo este projecto;
- Substituir os equipamentos obsoletos por novos, nomeadamente alguma maquinaria do aterro sanitário que, devido ao elevado n.º de horas de funcionamento, já nos vem obrigando a aumentar os custos de manutenção;
- Obtenção da licença do novo aterro com alvéolo exclusivo para RINP. Esta obra, que ascendeu a 1.300.000€, foi construída com a autorização das entidades concessionárias e tutelares, esperamos que, após vistoria realizada já em Setembro, chegue a mais que justificada licença, esperando que impere a razão.

8. APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

O resultado líquido obtido no exercício de 2013 foi de **315.108,13€**.
Propõem-se que este resultado tenha a seguinte distribuição:

Reservas Legais: 15.755,41€

Dividendos: 299.352,72€

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Administração deseja expressar o seu profundo reconhecimento:

À Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional - Norte e ao Programa Operacional de Valorização do Território;

À Agere e às Câmaras Municipais de Braga, Póvoa de Lanhoso, Vieira do Minho, Amares, Vila Verde e Terras de Bouro pela confiança demonstrada neste Projecto;

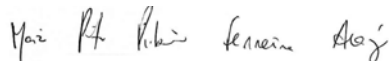
A todos quantos colaboraram com a Empresa, pela dedicação e empenho.

Braga, 7 de Abril de 2014

O Conselho de Administração



(Eng. Bruno Agostinho Lopes Gonçalves Névoa)



(Dra. Maria Rita Ribeiro Ferreira de Araújo)



(Sr. Luís Jorge Amaro da Costa)

10. ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO

ANEXO PARA CUMPRIMENTO DOS ARTIGOS 447º E 448º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

Os membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização não detêm acções ou obrigações de outras sociedades que relativamente à BRAVAL estejam numa relação de domínio ou de grupo.

A lista de accionistas que em 31 de Dezembro de 2013 são titulares de pelo menos 1/10, 1/3 ou metade do capital, é a seguinte:

AGERE-EM - 79%.



III CONTAS

1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1.1 Balanço

Braga, 7 de Abril de 2014

TÉCNICO DE CONTAS

(Dr. Filipe Roberto Moreira Rocha)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(Eng. Bruno Agostinho Lopes Gonçalves Névoa)

(Dra. Maria Rita Ribeiro Ferreira de Araújo)

(Sr. Luís Jorge Amaro da Costa)

Balanço Individual do período findo em 31.12.2013 e 31.12.2012			Unidade Monetária: Euro	
RUBRICAS			Datas	
ATIVO	Notas	31.12.2013	31.12.2012	
ATIVO NÃO CORRENTE				
Ativos fixos tangíveis				
Terrenos e recursos naturais	7	585 685,36	654 387,85	
Edifícios e outras construções	7	4 276 054,14	4 679 204,78	
Equipamento básico	7	1 824 179,36	2 301 309,50	
Equipamento de transporte	7	187 598,33	243 397,64	
Equipamento administrativo	7	41 291,24	48 959,84	
Outros ativos fixos tangíveis				
Ativos Intangíveis	8	46 726,56		
Outros ativos financeiros	7	18 002 215,88	10 148 346,24	
Ativos por impostos diferidos	18.1	1 130 980,04	1 030 142,04	
	17	0,00	54 862,55	
		26 094 730,91	19 160 610,44	
ATIVO CORRENTE				
Inventários	12	6 704,64	18 280,15	
Ativos biológicos				
Clientes	18.2	1 498 371,25	1 305 668,39	
Adiantamentos a fornecedores				
Estado e outros entes públicos	18.4	43 344,24	164 027,26	
Acionistas/Sócios				
Outras contas a receber	18.5	7 988 326,94	11 230 506,59	
Diferimentos	21.1	142 015,26	166 724,00	
Ativos financeiros detidos para negociação				
Outros ativos financeiros				
Ativos não correntes detidos para venda				
Caixa e depósitos bancários	5	628 279,90	1 238 139,11	
		10 307 042,23	14 123 345,50	
		36 401 773,14	33 283 955,94	
TOTAL DO ATIVO				
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
CAPITAL PRÓPRIO				
Capital realizado	6	1 750 000,00	1 750 000,00	
Ações (quotas) próprias				
Outros instrumentos de capital próprio				
Prémios de emissão				
Reservas legais		202 599,24	197 460,07	
Outras reservas		28 825,83	28 825,83	
Resultados transitados		190 853,74	490 875,62	
Ajustamentos em ativos financeiros				
Excedentes de revalorização				
Outras variações no capital próprio		13 608 019,52	13 496 780,51	
Resultado líquido do período		315 108,13	(61 678,99)	
Interesses minoritários				
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO				
	18.7	16 095 406,46	15 902 263,04	
PASSIVO				
PASSIVO NÃO CORRENTE				
Provisões	14	1 566 879,07	1 457 544,19	
Financiamentos obtidos	18.8	5 459 810,76	6 547 482,32	
Acionistas/Sócios			1 219 703,11	
Responsabilidades por benefícios pós-emprego				
Passivos por impostos diferidos				
Outras contas a pagar	17	4 064 733,10	4 498 926,85	
PASSIVO CORRENTE				
Fornecedores	18.3	11 091 422,93	13 723 656,47	
Adiantamentos de clientes		1 164 826,02	387 840,58	
Estado e outros entes públicos	18.4	70 866,00	71 822,68	
Acionistas/Sócios	21.2	1 317 347,35		
Financiamentos obtidos	18.8	2 978 483,47	1 548 411,17	
Outras contas a pagar	18.6	3 683 410,91	1 649 962,00	
Diferimentos				
Passivos financeiros detidos para negociação				
Outros passivos financeiros				
Passivos não correntes detidos para venda				
TOTAL DO PASSIVO				
		9 214 943,75	3 658 036,43	
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO				
		20 306 366,68	17 381 692,90	
		36 401 773,14	33 283 955,94	

1.2 Demonstração de Resultados por Natureza

Demonstração individual dos resultados por naturezas do período findo em 31.12.2013 e 31.12.2012

Unidade monetária: **Euro**

RENDIMENTOS E GASTOS		NOTAS	Períodos	
			2013	2012
Vendas e serviços prestados	+	13	5 207 789,53	4 924 945,36
Subsídios à exploração	+		25 749,90	18 697,25
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	+/-			
Variação nos inventários da produção	+/-			
Trabalhos para a própria entidade	+			
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-			
Fornecimentos e serviços externos	-	21.7	(1 898 703,589)	(1 810 378,08)
Gastos com pessoal	-	19	(1 710 796,90)	(1 807 151,60)
Imparidades de inventários (perdas/reversões)	-/+			
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-/+	11	(4 873,82)	(4 520,61)
Provisões (aumentos/reduções)	-/+	14	(109 334,88)	(109 334,88)
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	-/+			
Aumentos/Reduções de justo valor	+/-			
Outros rendimentos e ganhos	+	21.3	661 194,60	568 936,65
Outros gastos e perdas	-	21.4	(167 606,01)	(158 695,21)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	=		2 003 418,84	1 622 498,88
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+	7/8	(1 344 538,68)	(1 511 941,82)
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	-/+			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=		658 880,16	110 557,06
Juros e rendimentos similares obtidos	+	21.6	48 635,53	60 964,18
Juros e gastos similares suportados	-	21.5	(468 737,39)	(341 575,18)
Resultado antes de impostos	=		238 778,30	(170 053,94)
Imposto sobre rendimento do período	-/+	17	76 329,83	108 374,95
Resultado líquido do período	=		315 108,13	(61 678,99)

Braga, 7 de Abril de 2014

TÉCNICO DE CONTAS



(Dr. Filipe Roberto Moreira Rocha)

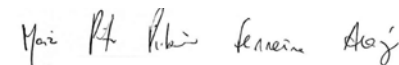
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



(Eng. Bruno Agostinho Lopes Gonçalves Névoa)



(Sr. Luís Jorge Amaro da Costa)



(Dra. Maria Rita Ribeiro Ferreira de Araújo)

1.3 Demonstração das Alterações no Capital Próprio

Entidade: BRAVAL, Valorização Tratamento Resíduos Sólidos, S.A.

Unidade Monetária: Euro

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2012

DESCRIÇÃO	NOTAS	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL DA EMPRESA MÃE												Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Acções (quotas) próprias	Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total		
Posição no início do período 2012	1	1 750 000,00				162 263,83	28 825,83	1 006 713,23			6 054 634,05	703 924,71	9 706 361,65		9 706 361,65
Alterações no período															
Primeira adopção de novo referencial contabilístico													0,00		
Alterações de políticas contabilísticas															
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras															
Realização de excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis															
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações															
Ajustamentos por impostos diferidos								-78 410,75			78 410,75		0,00		0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio						35 196,24		-437 426,86			7 363 735,71	-703 924,71	6 257 580,38		6 257 580,38
	2					35 196,24		-515 837,61			7 442 146,46	-703 924,71	6 257 580,38		6 257 580,38
Resultado Líquido do período	3											-61 678,99	-61 678,99		-61 678,99
Resultado integral	4 = 2 + 3											-765 603,70	6 195 901,39		6 195 901,39
Operações com detentores de capital no período															
Realizações de capital															
Realizações de prémios de emissão															
Distribuições													0,00		0,00
Entradas para cobertura de perdas															
Outras operações															
	5							0,00					0,00		0,00
Posição no fim do período 2011	6=1+2+3+5	1 750 000,00				197 460,07	28 825,83	490 875,62			13 496 780,51	-61 678,99	15 902 263,04		15 902 263,04

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2013

Unidade monetária: Euro

DESCRIÇÃO	NOTAS	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL DA EMPRESA MÃE											Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Acções (quotas) próprias	Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	
Posição no início do período 2013	6	1 750 000,00				197 460,07	28 825,83	928 302,48			13 496 780,51	102 783,41	16 504 152,30	16 504 152,30
Alterações no período														
Primeira adopção de novo referencial contabilístico														
Alterações de políticas contabilísticas														
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														
Realização de excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis														
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações														
Ajustamentos por impostos diferidos								-80 738,68			434 193,75		353 455,07	353 455,07
Outras alterações reconhecidas no capital próprio						5 139,17		-656 710,06			-322 954,74	-102 783,41	-1 077 309,04	-1 077 309,04
	7					5 139,17		-737 448,74			111 239,01	-102 783,41	-723 853,97	-723 853,97
Resultado Líquido do período	8											315 108,13	315 108,13	315 108,13
Resultado integral	9=7+8											212 324,72	-408 745,84	-408 745,84
Operações com detentores de capital no período														
Realizações de capital														
Realizações de prémios de emissão														
Distribuições													0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações														
	10							0,00					0,00	0,00
Posição no fim do período 2012	6+7+8+10	1 750 000,00				202 599,24	28 825,83	190 853,74			13 608 019,52	315 108,13	16 095 406,46	16 095 406,46

Braga, 7 de Abril de 2014

TÉCNICO DE CONTAS

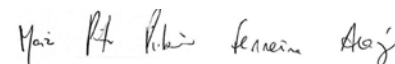


(Dr. Filipe Roberto Moreira Rocha)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



(Eng. Bruno Agostinho Lopes Gonçalves Névoa)



(Dra. Maria Rita Ribeiro Ferreira de Araújo)



(Sr. Luís Jorge Amaro da Costa)

1.4 Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração individual de fluxos de caixa do período findo em 31.12.2013 e 31.12.2012

Unidade monetária: Euro

RUBRICAS	NOTAS	Períodos	
		2013	2012
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes	+	5 009 534,07	4 837 477,27
Pagamentos a fornecedores	-	(1 820 507,15)	(1 471 868,73)
Pagamentos ao pessoal	-	(1 763 611,15)	(1 769 034,69)
Caixa gerada pelas operações	+/-	1 425 415,77	1 596 573,85
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-/+	45 568,66	(142 436,45)
Outros recebimentos/pagamentos	+/-	230 760,24	363 767,73
Fluxos de caixa das actividades operacionais	(1)	1 701 744,67	1 817 905,13
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis	-	(5 082 414,62)	(2 499 933,57)
Activos intangíveis	-		
Investimentos financeiros	-	(100 838,00)	(80 818,00)
Outros activos	-		
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis	+	107 657,00	46 500,00
Activos intangíveis	+		
Investimentos financeiros	+		
Outros activos	+		
Subsídios ao investimento	+	2 841 682,86	
Juros e rendimentos similares	+	48 635,53	60 964,18
Dividendos	+		
Fluxos de caixa das actividades de investimento	(2)	(2 185 277,23)	(2 473 287,39)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	+	10 203 000,00	7 684 922,27
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	+		
Cobertura de prejuizos	+		
Doações	+		
Outras operações de Financiamento	+		
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	-	(9 860 589,26)	(7 471 268,32)
Juros e gastos similares	-	(468 737,39)	(341 575,18)
Dividendos	-		
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-		
Outras operações de financiamento	-		
Fluxos de caixa das actividades de financiamento	(3)	(126 326,65)	(127 921,23)
Variação de caixa e seus equivalentes	(1)+(2)+(3)		
Efeito das diferenças de câmbio	+/-	(609 859,21)	(783 303,49)
Caixa e seus equivalentes no início do período	+/-	1 238 139,11	2 021 442,60
Caixa e seus equivalentes no fim do período	+/-	628 279,90	1 238 139,11
	4		

Braga, 7 de Abril de 2014

TÉCNICO DE CONTAS

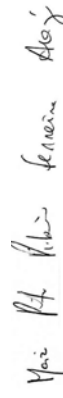


(Dr. Filipe Roberto Moreira Rocha)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



(Eng. Bruno Agostinho Lopes Gonçalves Névoa)



(Sr. Luís Jorge Amaro da Costa)



(Dra. Maria Rita Ribeiro Ferreira de Araújo)

2. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

1. NOTA INTRODUTÓRIA

Na sequência da deliberação tomada em Assembleia Geral de Accionistas realizada em 07 de Abril de 2014 - donde resultou expressamente que a Administração da BRAVAL procedesse à reformulação das contas anteriormente apresentadas e não aprovadas - foram reelaboradas as contas do exercício 2013 quanto a pontos concretos (conforme desenvolvido no ponto 3.2 do presente anexo) expressamente indicados pela Assembleia Geral.

2. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A BRAVAL - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. é uma sociedade anónima a qual tendo sido constituída em 6 de Agosto de 1996, conforme o Decreto-Lei nº 117/96, tem como actividade principal o tratamento e valorização dos resíduos sólidos urbanos.

Para a concretização do seu objecto social foi atribuída uma concessão à empresa pelo Estado Português, em regime de exclusividade por um prazo de 25 anos (fim em 2021), na qual são estabelecidas as regras de exploração e gestão do sistema multimunicipal de valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Baixo Cávado.

O contrato de concessão estabelece os critérios de fixação e aprovação das tarifas, a praticar pela empresa em cada ano, de modo a garantir um adequado equilíbrio financeiro da concessão obedecendo aos seguintes critérios:

- I) Assegurar, dentro do período da concessão, a amortização do montante efectivo do investimento inicial a cargo da concessionária, deduzido das participações e subsídios a fundo perdido;
- II) Assegurar o bom funcionamento, conservação e segurança de todos os bens afectos à concessão, bem como a substituição prevista desses bens;

- III) Atender ao nível de custos necessários para uma gestão eficiente do sistema e à existência de receitas não provenientes da tarifa;
- IV) Assegurar o pagamento dos encargos de funcionamento da entidade reguladora a suportar pela concessionária, bem como assegurar uma adequada remuneração dos capitais próprios da concessionária.

Designação da entidade: BRAVAL - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.

Sede: Praça do Município - Edifício da Câmara Municipal de Braga

Natureza da actividade: Actividades de recolha selectiva, triagem, tratamento e valorização de resíduos sólidos.

Designação da empresa mãe: AGERE - Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, E.M.

Sede da empresa mãe: Praça Conde Agrolongo, nº 115, S. João do Souto - Braga

3. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3.1. Referencial Contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de Julho, com as rectificações da Declaração de Rectificação nº 67-B/2009, de 11 de Setembro, e com as alterações introduzidas pela Lei nº 20/2010, de 23 de Agosto. O SNC é regulado pelos seguintes diplomas:

- Aviso nº 15652/2009, de 7 de Setembro (Estrutura Conceptual);
- Portaria nº 986/2009, de 7 de Setembro (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Portaria nº 1011/2009, de 9 de Setembro (Código de Contas);
- Aviso nº 15655/2009, de 7 de Setembro (Normas Contabilísticas de Relato Financeiro);
- Aviso nº 15654/2009, de 7 de Setembro (Normas Contabilísticas de Relato Financeiro para pequenas entidades);
- Aviso nº 15653/2009, de 7 de Setembro (Normas Interpretativas).

O conjunto dos normativos que integram o SNC foi utilizado pela primeira vez em 2010 para a elaboração de demonstrações financeiras completas, passando a constituir o referencial base para os períodos subsequentes.

As demonstrações financeiras foram elaboradas para o fim do exercício, no pressuposto da continuidade das operações da empresa e no regime do acréscimo, com expressão dos respectivos montantes em euros.

3.2. Erros materiais de períodos anteriores

Após a elaboração e publicação das contas relativas ao exercício de 2012 e anteriores, a Braval - Valorização Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., recebeu do fornecedor (Agere - Empresa de Águas Efluentes e Resíduos de Braga, E.M.), uma factura de prestação de serviços com data de Dezembro de 2013, quanto a Saneamento proveniente da ETAL da Braval, referente aos períodos de 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013, cujo registo contabilístico decorre em exclusivo da deliberação tomada em Assembleia geral de Accionistas (no quadro da não aprovação das contas inicialmente elaboradas pela Administração).

Desta forma vem apresentar informação complementar aos documentos de prestação de contas de 2012 na sequência da reexpressão das contas entretanto efectuada, ao abrigo da NCRF 4 - Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.

Nos quadros abaixo apresentamos os impactos nas Demonstrações Financeiras:

Demonstração da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2012 (Reexpressão)

Rubricas	31-12-2012 Contas Aprovadas	31-12-2012 Reexpressão	Variação
Activos por Impostos Diferidos	41,75	54.862,55	54.820,80
Activo não Corrente	19.105.789,64	19.160.610,44	54.820,80
Total do Activo	33.229.135,14	33.283.955,94	54.820,80
Resultados Transitados	928.302,48	490.875,62	-437.426,86
Resultado Líquido do Período	102.783,41	-61.678,99	-164.462,40
Total do Capital Próprio	16.504.152,30	15.902.263,04	-601.889,26
Outras contas a pagar	993.251,94	1.649.962,00	656.710,06
Passivo Corrente	3.001.326,37	3.658.036,43	656.710,06
Total do Capital Próprio e do Passivo	33.229.135,14	33.283.955,94	54.820,80

Demonstração dos Resultados do exercício de 2012 (Reexpressão)

Rubricas	31-12-2012 Contas Aprovadas	31-12-2012 Reexpressão	Variação
Fornecimentos e Serviços Externos	1.591.094,88	1.810.378,08	219.283,20
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	1.841.782,08	1.622.498,88	-219.283,20
Imposto sobre o Rendimento	53.554,15	108.374,95	54.820,80
Resultado Líquido do Período	102.783,41	-61.678,99	-164.462,40

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, entendido como o custo de aquisição.

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspectiva de continuidade não tendo a entidade intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

Não existem situações que afectem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras apresentadas.

As políticas contabilísticas são os princípios, bases, convenções, regras e práticas específicas aplicadas pela entidade na preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

Seguem-se as políticas contabilísticas adoptadas pela entidade:

PRINCIPAIS BASES DE MENSURAÇÃO	INICIAL	SUBSEQUENTE
Impostos sobre o rendimento	Quantia que se espera que seja paga (recuperada de) às autoridades fiscais, usando as taxas fiscais (e leis fiscais) aprovadas à data do balanço (método dos impostos diferidos).	
Activos Fixos Tangíveis	O Custo corresponde ao preço de compra no momento da sua aquisição ou construção acrescido dos direitos de importação, impostos de compra não reembolsáveis, custos necessários para o colocar em funcionamento, custos de desmantelamento e remoção relacionados com o bem, considerando ainda os descontos e abatimentos.	Modelo do Custo: Registado ao custo, menos depreciações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas. As depreciações são calculadas, a partir do método de quotas constantes, aplicadas anualmente em regime de duodécimos a partir do momento em que os bens se encontram prontos para uso, utilizando as taxas económicas mais apropriadas, que permitam a reintegração total do bem durante a sua vida útil estimada.
Locação Financeira	Os activos e passivos são reconhecidos pelo mínimo entre o justo valor do bem à data de início de contrato e o valor atual dos pagamentos. Quaisquer custos diretos iniciais do locatário são adicionados à quantia reconhecida como activo.	Os pagamentos mínimos da locação financeira devem ser repartidos entre o encargo financeiro imputado a cada período durante o prazo da locação e a redução do passivo pendente.
Instrumentos Financeiros	Registados ao custo, uma vez que se considerou imaterial e não racional do ponto de vista económico a utilização do custo amortizado.	
Inventários	Menor entre o custo (preço de compra, os direitos de importação e os impostos de compra não dedutíveis, os custos de transporte e de manuseamento e outros directamente atribuíveis à aquisição, deduzido dos descontos comerciais e abatimentos) e o valor realizável líquido (preço de venda normal estimado menos os custos estimados de conclusão, caso existam, e os custos estimados necessários para efectuar a venda).	
Diferimentos / Outros devedores por acréscimos de rendimentos / outros credores por acréscimos de gastos	A empresa regista os seus gastos e rendimentos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas e da existência. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de “Diferimentos” ou “Outras contas a pagar ou a receber”.	
Provisões	Reconhecidas à melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar obrigação presente à data do balanço.	
Dívidas de terceiros	As dívidas de terceiros estão registadas pelo seu valor esperado de realização.	
Dívidas a terceiros	As dívidas a terceiros estão registadas pelo método do custo.	

5. FLUXOS DE CAIXA

Em 31 de Dezembro de 2013, a entidade preparou a demonstração dos fluxos de caixa pelo método directo, sendo que a rubrica de Caixa e seus equivalentes, constantes da demonstração de fluxos de

caixa e balanço, tem a seguinte decomposição:

MEIOS FINANCEIROS LÍQUIDOS CONSTANTES DO BALANÇO	31.12.2013			31.12.2012		
	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais
Caixa Fixo	3.383,38	0,00	3.383,38	1.079,94	0,00	1.079,94
Depósitos à Ordem	624.896,52	0,00	624.896,52	1.237.059,17	0,00	1.237.059,17
TOTAL	628.279,90	0,00	628.279,90	1.238.139,11	0,00	1.238.139,11

Todos os saldos de caixa e seus equivalentes estão disponíveis para uso, não existindo quaisquer valores caucionados a favor de terceiros.

6. ARTES RELACIONADAS

O Capital Social no valor de 1.750.000,00€ é representado por 350.000 acções da classe A, com valor nominal de 5€ cada acção.

Em 31 de Dezembro de 2013, são titulares do Capital Social da BRAVAL, as entidades que se seguem com as respectivas participações:

ACCIONISTA	%	MONTANTE
AGERE	79,0%	1.382.500,00
C.M. PÓVOA DE LANHOSO	4,2%	73.500,00
C.M. VIEIRA DO MINHO	5,7%	99.750,00
C.M. VILA VERDE	5,0%	87.500,00
C.M. AMARES	3,7%	64.750,00
C.M. TERRAS DE BOURO	2,4%	42.000,00
TOTAL	100%	1.750.000,00

No decurso do exercício económico 2013 os saldos e as transacções efectuadas com partes relacionadas são os que se apresentam de seguida:

Entidade	31.12.2013					31.12.2012				
	Saldo			Transacções		Saldo			Transacções	
	Contas a receber	Contas a pagar	Accionistas	Compras	Serviços Prestados	Contas a receber	Contas a pagar	Accionistas	Compras	Serviços Prestados
AGERE	429.618,07	950.027,18	1.040.704,41	922.421,05	1.342.921,58	456.806,71	9.262,02	963.565,46	30.225,81	1.118.394,27
C.M. PÓVOA DE LANHOSO	38.961,58	-	55.328,59	-	116.260,95	32.020,49	-	51.227,53	-	103.727,61
C.M. VIEIRA DO MINHO (EPMAR E.M.)	26.897,35	7,42	75.088,80	55,65	63.002,42	17.601,92	11,18	69.523,08	111,35	55.617,62
C.M. VILA VERDE	66.765,40	-	65.867,36	-	209.268,83	38.889,44	-	60.985,15	-	185.476,78
C.M. AMARES	39.448,78	-	48.741,85	-	111.003,51	29.284,03	-	45.129,01	-	86.251,43
C.M. TERRAS DE BOURO	10.556,56	-	31.616,34	-	36.446,55	5.528,90	-	29.272,88	-	32.327,64
TOTAL	612.247,74	950.034,60	1.317.347,35	922.476,70	1.878.903,84	580.131,49	9.273,20	1.219.703,11	30.337,16	1.581.795,35

7. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

7.1 Bases de mensuração

Os activos fixos tangíveis são mensurados pelo custo, nele compreendendo o respectivo preço de compra (incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos), quaisquer custos directamente atribuíveis para colocar os activos na localização e condição necessárias para que sejam capazes de funcionar de forma pretendida.

7.2 Vidas úteis

As depreciações foram calculadas em função da vida útil estimada pela Administração para cada um dos activos adquiridos (sempre que esta for inferior ao período remanescente da concessão). Se a vida útil dos activos for superior ao período remanescente para o fim da concessão utiliza-se esse período como base de depreciação sistemática.

7.3 Métodos de depreciação

O método de depreciação utilizado é o da linha recta, iniciando quando os activos se encontram disponíveis para uso.

Rubrica	2013			2012		
	Quantia Bruta	Depreciações acumuladas	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Depreciações acumuladas	Quantia escriturada
Terrenos	1.123.806,13	538.120,77	585.685,36	1.123.806,13	469.418,28	654.387,85
Edifícios Outras Construções	12.287.039,72	8.010.985,58	4.276.054,14	12.216.969,78	7.537.765,00	4.679.204,78
Equipam. Básico	9.840.445,55	8.016.266,19	1.824.179,36	9.702.972,06	7.401.662,56	2.301.309,50
Equipam. Transporte	1.375.180,12	1.187.581,79	187.598,33	1.362.253,29	1.118.855,65	243.397,64
Equipam. Administrativo	392.525,58	351.234,34	41.291,24	382.521,19	333.561,35	48.959,84
Outros Activos fixos tangíveis	41.609,36	41.609,36	0,00	41.609,36	41.609,36	0,00
Investimentos em curso	18.002.215,88	0,00	18.002.215,88	10.148.346,24	0,00	10.148.346,24
Total	43.062.822,34	18.145.798,03	24.917.024,31	34.978.478,05	16.902.872,20	18.075.605,85

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial	Adições	Revalorizações	Depreciações	Perdas por imparidade	Abates	Transferências	Quantia Escriturada Final
Terrenos	654.387,85	0,00	-0,16	68.702,33	0,00	0,00	0,00	585.685,36
Edifícios e Outras Construções	4.679.204,78	50.094,10	5,24	473.225,82	0,00	0,00	19.975,84	4.276.054,14
Equipam. Básico	2.301.309,50	191.854,24	-10,51	668.973,87	0,00	0,00	0,00	1.824.179,36
Equipam. Transporte	243.397,64	52.926,83	-0,14	100.392,65	8.333,35	0,00	0,00	187.598,33
Equipam. Administrativo	48.959,84	10.004,39	-2,42	17.670,57	0,00	0,00	0,00	41.291,24
Outros Activos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos em curso	10.148.346,24	7.936.145,48	0,00	0,00	0,00	0,00	-82.275,84	18.002.215,88
Total	18.075.605,85	8.241.025,04	-7,99	1.328.965,24	8.333,35	0,00	-62.300,00	24.917.024,31

8. ACTIVOS INTANGÍVEIS

8.1. Bases de mensuração

Os Activos Intangíveis, nas demonstrações financeiras, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas, e só são reconhecidos se for provável que venham a gerar benefícios económicos futuros para a entidade, se possa medir razoavelmente o seu valor e se a entidade possuir o controlo sobre os mesmos.

8.2. Vidas úteis

A vida útil, dos activos Intangíveis, foi definida tendo por base a utilidade esperada dos mesmos.

- Outros Activos Intangíveis: 3 anos

8.3. Métodos de amortização

O método de amortização utilizado é o da linha recta, iniciando quando os activos se encontram disponíveis para uso.

Rubrica	2013			2012		
	Quantia Bruta	Depreciações acumuladas	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Depreciações acumuladas	Quantia escriturada
Outros Activos Intangíveis	62.300,00	15.573,44	46.726,56	-	-	-
Total	62.300,00	15.573,44	46.726,56	-	-	-

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial	Adições	Regularizações	Depreciações	Alienações	Abates	Transferências	Quantia Escriturada Final
Outros Activos Intangíveis	0,00	0,00	0,00	15.573,44	0,00	0,00	62.300,00	46.726,56
Total	0,00	0,00	0,00	15.573,44	0,00	0,00	62.300,00	46.726,56

9. LOCAÇÕES

Em 2013 não foram celebrados novos contratos de locação financeira, no entanto mantêm-se os contratos que haviam sido celebrados e cujo capital em dívida não foi ainda totalmente amortizado, conforme expresso no quadro seguinte:

Activos financiados através de locação financeira						31.12.2013					31.12.2012		
	Locadora	Contrato	Data de início locação	Prazo	Custo Aquisição	Deprec. Acumul.	Valor Líquido	Capital em Dívida	A liquidar em 1 ano	A liquidar após 1 ano	Deprec. Acumul.	Valor Líquido	Capital em Dívida
Viatura 21-FM-91	Millennium	400083862	25-11-2008	48 M	20.335,42	20.335,42	0,00	0,00	0,00	0,00	20.335,42	0,00	0,00
Viatura 98-HE-06	Millennium	400083864	15-02-2008	48 M	20.417,80	20.417,80	0,00	3,22	3,22	0,00	19.567,05	850,75	848,22
Gruas	Santander	185178	15-07-2009	48 M	49.980,00	28.113,87	21.866,13	0,00	0,00	0,00	21.866,31	28.113,69	10.827,82
Compactador	Santander	185180	01-07-2009	48 M	114.500,00	85.840,73	28.659,27	0,00	0,00	0,00	66.764,93	47.735,07	24.813,48
Viatura 31-HT-29	Santander	185174	01-07-2009	48 M	77.500,00	58.101,67	19.398,33	0,00	0,00	0,00	45.190,27	32.309,73	16.789,06
Viatura 10-HT-22	Santander	185172	01-07-2009	48 M	77.500,00	58.101,67	19.398,33	0,00	0,00	0,00	45.190,27	32.309,73	16.789,06
Viatura 78-LX-90	Mercedes Benz	58239	20-07-2011	48 M	104.500,00	42.073,36	62.426,64	39.909,88	23.503,64	16.406,24	24.663,76	79.836,24	63.413,52
Total					464.733,22	312.984,52	151.748,70	39.913,10	23.506,86	16.406,24	243.578,01	221.155,21	133.481,16

10. CUSTO DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Do quadro que se segue resultam os valores suportados pela BRAVAL, a título de juros suportados com os empréstimos obtidos junto de instituições financeiras. Naturalmente que o aumento do nível de endividamento da empresa, conduziu a um aumento global dos gastos de carácter financeiro.

Empréstimos Bancários	31.12.2012	Amortizações	Utilizações	31.12.2013	Juros Suportados
Banif	4.400.000,00	8.799.000,00	6.898.000,00	2.499.000,00	221.486,23
Banif PME	0,00	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00	13.210,17
Santander Totta 3 M	1.535.912,33	421.946,83	0,00	1.113.965,50	46.268,37
Santander Totta 1.264M	1.464.000,00	334.866,52	0,00	1.129.133,48	37.400,84
Santander Totta CCC	0,00	0,00	800.000,00	800.000,00	38.512,35
BES	0,00	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00	41.230,15
BIC	0,00	61.207,85	505.000,00	443.792,15	17.554,12
Millennium BCP	562.500,00	150.000,00	0,00	412.500,00	25.184,58
Total	7.962.412,33	9.767.021,20	10.203.000,00	8.398.391,13	440.846,81

Os custos são reconhecidos como gasto no período em que são incorridos.

11. IMPARIDADE DE ACTIVOS

A administração efectuou uma rigorosa e criteriosa análise dos clientes cuja cobrabilidade estaria em causa e que por isso qualificou como clientes de cobrança duvidosa.

Da referida análise resultou o aumento no montante de 5.552,60 € dos clientes de cobrança duvidosa e por outro a diminuição em 678,78€ considerando os recebimentos de clientes que haviam sido considerados de cobrança duvidosa em períodos anteriores.

Deste efeito combinado resultou o saldo final de clientes de cobrança duvidosa no montante de 77.147,33€.

Posto isto, atendendo ao montante já reflectido em gastos em períodos anteriores, considerou-se como gasto do exercício 2013, o montante de 5.552,60€.

Por outro lado, reverteu-se a perda por imparidade relevada em anos anteriores no montante de 678,78€, pelo que o saldo final da conta de perdas por imparidade acumuladas expressa o exacto montante dos clientes de cobrança duvidosa - 77.147,33€.

Quantias das perdas por imparidade e respectivas reversões reconhecidas durante o período			Activos fixos tangíveis	Propried. Investim.	Activos Intangíveis	Investim. Financeiros	Investim. Curso	Inventários	Clientes	Outros Devedores	Totais
31.12.2013	Perdas por imparidade reconhecidas nos resultados	Aumentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.552,60	0,00	5.552,60
		Reversões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-678,78	0,00	-678,78
		Totais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.873,82	0,00	4.873,82
31.12.2012	Perdas por imparidade reconhecidas nos resultados	Aumentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.118,55	0,00	5.118,55
		Reversões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-597,94	0,00	-597,94
		Totais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.520,61	0,00	4.520,61

12. INVENTÁRIOS

12.1. BASES DE MENSURAÇÃO

Os activos são mensurados ao menor valor entre o custo (preço de compra, os direitos de importação e os impostos de compra não dedutíveis, os custos de transporte e de manuseamento e outros directamente

atribuíveis à aquisição, deduzido dos descontos comerciais e abatimentos) e o valor realizável líquido (preço de venda normal estimado menos os custos estimados de conclusão, caso existam, e os custos estimados necessários para efectuar a sua venda).

12.2. DIVULGAÇÃO SOBRE A QUANTIA ESCRITURADA

Quantias escrituradas	31.12.2013			31.12.2012		
	Quantias brutas	Perdas Imp. Acumuladas	Quantias líquidas	Quantias brutas	Perdas Imp. Acumuladas	Quantias líquidas
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias Primas, Subsidiárias	6.704,64	0,00	6.704,64	18.280,15	0,00	18.280,15
Totais	6.704,64	0,00	6.704,64	18.280,15	0,00	18.280,15

QUANTIAS DE INVENTÁRIOS RECONHECIDAS COMO GASTOS DURANTE O PERÍODO			31.12.2013			31.12.2012		
			Mercadorias	Mat. Prim., Subsidiárias	Totais	Mercadorias	Mat. Prim., Subsidiárias	Totais
Mercadorias	Inventários no começo do período	+	0,00	18.280,15	18.280,15	0,00	4.476,58	4.476,58
	Compras	Compras	+	0,00	407.182,81	407.182,81	0,00	407.843,79
		Devoluções de compras	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Descontos e abatimentos em compras	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Reclassific. e Regulariz.	Reclassificações	+/-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Perdas em sinistros	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Perdas por quebras	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Outras perdas	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Ofertas e amostras	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Ganhos em sinistros	+	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Ganhos por sobras	+	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Outros ganhos	+	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Inventários no fim do período	-	0,00	6.704,64	6.704,64	0,00	18.280,15	18.280,15
	Perdas em inventários	+	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Ofertas e amostras de inventários	+	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Totais	=	0,00	418.758,32	418.758,32	0,00	394.040,22	394.040,22

As existências de matérias-primas e subsidiárias são valorizadas ao menor entre os valores de aquisição ou produção e de mercado. O critério de movimentação das saídas utilizado é o FIFO.

13. RÉDITO

13.1. Políticas contabilísticas adoptadas para reconhecimento do rédito

Venda de Bens: Com a transferência para o comprador dos riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens e respectiva gestão e controlo efectivo.

Prestação de Serviços: Reconhecido linearmente durante o período a que se reporta a prestação de serviços.

Na tabela que se segue encontra-se dividido pelos principais clientes da entidade o montante das prestações de serviços imputáveis individualmente.

De assinalar um aumento de cerca de 5,74% no volume de negócios da BRAVAL relativamente ao ano transacto.

Quantias de réditos reconhecidas no período	31.12.2013			31.12.2012		
	Réditos reconhecidos no período	Proporção dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual com o período anterior	Réditos reconhecidos no período	Proporção dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual com o período anterior
Vendas	2.832.183,22	54%	10,28%	2.568.077,85	52%	-4,81%
Prestações Serviços	2.375.606,31	46%	0,79%	2.356.867,51	48%	-13,94%
Totais	5.207.789,53	100%	5,74%	4.924.945,36	100%	-9,42%

14. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ACTIVOS CONTINGENTES

Provisões		Impostos	Garantias a clientes	Proc. Jud. Em Curso	Acid. Trab. Doenças Prof.	Matérias Ambientais	Contratos Onerosos	Outras Provisões	Totais
Acumuladas em 01.01.2012		0,00	0,00	0,00	0,00	1.348.209,31	0,00	0,00	1.348.209,31
Aumentos	Reforço de provisões já reconhecidas em períodos anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	109.334,88	0,00	0,00	109.334,88
	Por novas provisões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reduções	Quantias usadas no período por ocorrência das situações provisionadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Quantias revertidas no período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Acumuladas em 31.12.2012 (01.01.2013)		0,00	0,00	0,00	0,00	1.457.544,19	0,00	0,00	1.457.544,19
Aumentos	Reforço de provisões já reconhecidas em períodos anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	109.334,88	0,00	0,00	109.334,88
	Por novas provisões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reduções	Quantias usadas no período por ocorrência das situações provisionadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Quantias revertidas no período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Acumuladas em 31.12.2013		0,00	0,00	0,00	0,00	1.566.879,07	0,00	0,00	1.566.879,07

Está reconhecido, na face do balanço como passivo contingente na forma de provisão, o montante de 1.566.879,07€, o qual foi obtido em função da melhor estimativa quantificada e com elevado grau de probabilidade de ocorrência decorrente do próprio contrato de concessão e de um estudo elaborado especificamente para o efeito pela entidade.

Este passivo está reconhecido a preços correntes, razão pela qual não foi reconhecido o efeito do valor temporal do dinheiro.

A provisão foi reforçada no exercício de 2013, no montante de 109.334,88€, para fazer face aos custos estimados com a selagem do aterro e com a recuperação paisagística do aterro sanitário.

Importa ainda referir que o reconhecimento no passivo da provisão para recuperação paisagística foi efectuado para o exercício de 2013 tendo por base um estudo global referente às diferentes células do aterro a recuperar até ao final da concessão.

15. SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

Os subsídios do governo encontram-se inicialmente reconhecidos no Capital Próprio da entidade, na conta 593 - Subsídios. O reconhecimento subsequente dos subsídios como rendimento ocorre na proporção quer das depreciações dos activos subsidiados quer do reconhecimento directo em gastos do exercício, na conta 7883 - Imputação de subsídios para investimentos.

Rubricas	Saldo Inicial A/C 5931 (01.01.2013)	Recebimentos em 2013	Imputação Subsídio A/C 7883	Reconhecimento do Subsídio a receber	Saldo Final A/C 5931 (31.12.2013)
Subsídios ao investimento	17.995.707,36	2.841.682,86	322.954,74	7.843.074,89	17.672.752,62
Total	17.995.707,36	2.841.682,86	322.954,74	7.843.074,89	17.672.752,62

16. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

As demonstrações financeiras da BRAVAL serão submetidas à aprovação do Conselho de Administração no dia 07 de Abril de 2014, ficando desde já autorizadas para emissão, após a disponibilização do parecer do órgão de fiscalização.

Os proprietários não têm o poder de alterar as demonstrações financeiras; no entanto, de acordo com a legislação comercial em vigor em Portugal, em condições normais, os accionistas têm o poder de exigir a alteração das demonstrações financeiras caso estas não sejam aprovadas em Assembleia Geral.

17. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Impostos sobre o rendimento	Período 2013		Período 2012	
	Saldo Débito	Saldo Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
8121 – Imposto estimado para o período	4.367,10	0,00	24.754,57	0,00
8122 – Imposto diferido	0,00	80.696,93	0,00	133.129,52
Totais	4.367,10	80.696,93	24.754,57	133.129,52

Rubricas	31.12.2013	31.12.2012
Passivos por impostos diferidos	-4.064.733,10	-4.498.926,85
Activos por impostos diferidos	0,00	54.862,55
TOTAL	-4.064.733,10	-4.444.064,30

A sociedade encontra-se abrangida pelo regime geral da taxa de tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas, à taxa de 25%. No entanto, no final do ano de 2013 foi feito o ajuste dos saldos das contas de Impostos diferidos para a nova taxa de 23%.

A entidade manteve o método de contabilização dos Passivos Por Impostos Diferidos, pelo que, os impostos correntes e diferidos são contabilizados no período a que respeitam, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o referencial contabilístico em vigor.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos e de dez para a Segurança Social, pelo que as declarações relativas aos anos de 2007 a 2012 poderão estar sujeitas a revisões fiscais.

É convicção do Conselho de Administração que eventuais correcções resultantes de inspecções fiscais aquelas declarações de impostos não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2013.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

18.1 Investimentos Financeiros

Investimentos Financeiros	31.12.2013				31.12.2012			
	Saldo Inicial	Reforço	Utilização	Saldo Final	Saldo Inicial	Reforço	Utilização	Saldo Final
Fundo de Reconstituição do Capital Social	1.022.642,04	80.818,00	0,00	1.103.460,04	941.824,04	80.818,00	0,00	1.022.642,04
Ações Norgarante BCP	7.500,00	0,00	0,00	7.500,00	7.500,00	0,00	0,00	7.500,00
Ações Norgarante BES	0,00	10.020,00	0,00	10.020,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ações Norgarante Banif	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total 41 - Investimentos Financeiros	1.030.142,04	100.838,00	0,00	1.130.980,04	949.324,04	80.818,00	0,00	1.030.142,04

Nos termos da cláusula 17ª do contrato de concessão a concessionária fica obrigada a entregar em cada ano o montante correspondente à anuidade de amortização do capital social para criação de um fundo de reconstituição do capital. Assim encontra-se contabilizado na rubrica de Investimentos Financeiros o depósito bancário criado para o efeito, actualmente com o saldo de 1.103.460,04€.

A utilização do referido fundo para restituição do capital social dependerá, todavia, da existência, a final, de capital próprio que o comporte.

Por outro lado, está ainda contabilizado na rubrica de investimentos financeiros, o montante de 27.520,00€ referente à compra de títulos da Norgarante, na sequência dos financiamentos obtidos junto do MILLENNIUM BCP, BES e Banif, referente à linha PME INVEST.

18.2 Clientes

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Clientes” tinha a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2013			31.12.2012		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
211 - Clientes Conta Corrente	1.498.371,25	0,00	1.498.371,25	1.305.668,39	0,00	1.305.668,39
217 – Clientes Cobrança Duvidosa	77.147,33	0,00	77.147,33	72.273,51	0,00	72.273,51
218 – Adiantamento de Clientes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
219 – Perdas por Imparidade	-77.147,33	0,00	-77.147,33	-72.273,51	0,00	-72.273,51
Saldo Clientes	1.498.371,25	0,00	1.498.371,25	1.305.668,39	0,00	1.305.668,39

18.3 Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, a rubrica “Fornecedores” tinha a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2013			31.12.2012		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
221 - Fornecedores conta corrente	1.164.826,02	0,00	1.164.826,02	387.840,58	0,00	387.840,58
Saldo Fornecedores	1.164.826,02	0,00	1.164.826,02	387.840,58	0,00	387.840,58

18.4 Estado e Outros entes Públicos

A rubrica de Estado e Outros Entes Públicos, é composta pelos seguintes valores:

Estado e outros entes públicos	31.12.2013		31.12.2012	
	Saldo Débito	Saldo Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
241 – Imposto sobre o rendimento	43.344,24	0,00	96.454,99	0,00
242 – Retenção de impostos	0,00	6.049,26	0,00	8.849,55
243 – Imposto sobre o valor acrescentado	0,00	35.703,46	67.572,27	0,00
245 – Contribuições para a Seg. Social	0,00	29.113,28	0,00	62.973,13
Totais	43.344,24	70.866,00	164.027,26	71.822,68

Não existem quaisquer dívidas em mora perante o Estado e perante a Segurança Social.

18.5 Outras Contas a Receber

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, a rubrica “Outras contas a receber” tinha a seguinte composição:

Outras Contas a Receber	31.12.2013		31.12.2012	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
221 - Fornecedores	76,06	0,00	77,60	0,00
2312 - Pessoal	0,00	0,00	29,34	0,00
27112 - Adiantamento Fornecedores Investimentos	5.680,23	0,00	478.054,42	0,00
2721 - Devedores por Acréscimo de Rendimentos	36.339,75	0,00	18.087,48	0,00
2781 - Devedores Diversos	7.946.230,90	0,00	10.734.257,75	0,00
Totais	7.988.326,94	0,00	11.230.506,59	0,00

Na rubrica “devedores diversos”, encontra-se contabilizado a débito o montante de € 49.500, o qual se refere a uma fraude bancária de que a Braval foi alvo. Esta fraude atingiu fundos depositados na conta bancária da Braval, no Banco Millennium BCP, tendo sido oportunamente desencadeado o devido

processo criminal.

Tal processo encontra-se em fase de inquérito junto das instâncias com competência para a acção penal, tendo a Braval manifestado nos autos, nos termos legalmente previstos, o propósito de deduzir, no momento processual próprio, pedido de indemnização civil, sem prejuízo do accionamento de outros meios judiciais que se venham a revelar adequados para obter a restituição/ressarcimento dos fundos em causa.

À data da elaboração do presente Relatório e Contas, verificou-se que, ainda que continue a decorrer o processo jurídico, a Braval recuperou o montante de 31.344,75€.

18.6 Outras Contas a Pagar

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, a rubrica “Outras contas a pagar” tinha a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2013		31.12.2012	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
21 - Clientes	9,68	0,00	9,68	0,00
23 - Pessoal	0,00	0,00	133,78	0,00
271 – Fornecedores de Investimento	2.742.398,68	0,00	56.162,45	0,00
2722 – Credores por Acréscimos de Gastos	286.153,95	0,00	915.619,38	0,00
2782 – Credores Diversos	183,99	0,00	0,00	0,00
2783 – Taxa de Gestão Resíduos	654.664,61	0,00	678.036,71	0,00
Saldo Outras Contas a Pagar	3.683.410,91	0,00	1.649.962,00	0,00

18.7 Instrumentos Capital Próprio

O capital social é de 1.750.000 €, composto por 350.000 acções, com o valor nominal de 5 € cada acção.

Em 31 de Dezembro de 2013 e em 31 de Dezembro de 2012, a rubrica de capital próprio apresentava a seguinte decomposição:

Capital Próprio	31.12.2013	31.12.2012
Capital	1.750.000,00	1.750.000,00
Reservas	231.425,07	226.285,90
Resultados Transitados	190.853,74	490.875,62
Outras Variações no Capital Próprio	13.608.019,52	13.496.780,51
Resultado Líquido do Exercício	315.108,13	(61.678,99)
Total do Capital Próprio	16.095.406,46	15.902.263,04

18.8 Financiamentos Obtidos

O mapa que se segue evidencia um nível de endividamento bancário da BRAVAL bastante significativo, o qual está directamente relacionado com os fortes investimentos em curso levados a cabo pela Administração.

Rubricas	31.12.2013			31.12.2012		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos bancários						
Santander Totta 3M	426.880,76	687.084,74	1.113.965,50	1.305.000,00	1.694.912,33	2.999.912,33
Santander Totta 1.464M	386.532,00	742.601,48	1.129.133,48	0,00	0,00	0,00
Santander Totta CCC	0,00	800.000,00	800.000,00	0,00	0,00	0,00
BES	190.476,20	809.523,80	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00
Millennium BCP	150.000,00	262.500,00	412.500,00	150.000,00	412.500,00	562.500,00
Banif	1.632.962,32	866.037,68	2.499.000,00	0,00	4.400.000,00	4.400.000,00
Banif PME	50.000,00	950.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00
BIC	118.135,33	325.656,82	443.792,15	0,00	0,00	0,00
Subtotal Empréstimos bancários	2.954.986,61	5.443.404,52	8.398.391,13	1.455.000,00	6.507.412,33	7.962.412,33
Locações Financeiras						
Millennium BCP	3,22	0,00	3,22	848,22	0,00	848,22
Santander Totta	0,00	0,00	0,00	69.219,42	0,00	69.219,42
Mercedes-Benz	23.503,64	16.406,24	39.909,88	23.343,53	40.069,99	63.413,52
Subtotal Locações Financeiras	23.506,86	16.406,24	39.913,10	93.411,17	40.069,99	133.481,16
Saldo Financiamentos obtidos	2.978.493,47	5.459.810,76	8.438.304,23	1.548.411,17	6.547.482,32	8.095.893,49

19. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho nocturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respectivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Em 31 de Dezembro de 2013 a BRAVAL - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. registava um efectivo de 139 colaboradores.

O saldo da conta de custos com o pessoal subdivide-se nas seguintes rubricas:

Rubricas	31.12.2013	31.12.2012
Remunerações dos órgãos sociais	28.000,00	26.000,00
Remunerações do pessoal	1.168.058,09	1.236.183,48
Encargos sobre remunerações Órgãos Sociais	6.650,00	5.278,00
Encargos sobre remunerações Pessoal	274.111,21	302.235,30
Seguros Acidentes Trabalho	33.737,51	32.774,50
Outros Gastos com o Pessoal	200.240,09	204.680,32
Total	1.710.796,90	1.807.151,60

20. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Honorários facturados pelos revisores oficiais de contas	Período 2013			Período 2012		
	Honorários facturados	Efeitos das periodizações	Totais	Honorários facturados	Efeitos das periodizações	Totais
Revisão legal das contas	8.400,00	0,00	8.400,00	8.400,00	0,00	8.400,00
Serviços de garantia de fiabilidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Consultoria fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais	8.400,00	0,00	8.400,00	8.400,00	0,00	8.400,00

21. OUTRAS INFORMAÇÕES

21.1 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, a rubrica “Diferimentos” tinha a seguinte composição:

Diferimentos (Activo)	31.12.2013	31.12.2012
2815 - Seguros	19.193,47	27.705,93
2819 – Outros gastos a reconhecer	122.821,79	139.018,07
Total	142.015,26	166.724,00

21.2 Accionistas

As contas de accionistas apresentam o saldo que se segue:

Rubricas	31.12.2013			31.12.2012		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
264292 - C.M. Póvoa de Lanhoso	55.328,59	0,00	55.328,59	0,00	51.227,53	51.227,53
264293 - C.M. Vieira do Minho	75.088,80	0,00	75.088,80	0,00	69.523,08	69.523,08
264294 - Agere	1.040.704,41	0,00	1.040.704,41	0,00	963.565,46	963.565,46
264295 - C.M. Vila Verde	65.867,36	0,00	65.867,36	0,00	60.985,15	60.985,15
264296 - C.M. Amares	48.741,85	0,00	48.741,85	0,00	45.129,01	45.129,01
264297 - C.M. Terras Bouro	31.616,34	0,00	31.616,34	0,00	29.272,88	29.272,88
Saldo Acionistas	1.317.347,35	0,00	1.317.347,35	0,00	1.219.703,11	1.219.703,11

O saldo da conta de accionistas aumentou € 97.644,24 relativamente ao ano transacto, fruto da decisão tomada em Assembleia Geral de accionistas, a qual deliberou, por unanimidade, distribuir aos accionistas o referido montante.

Tal como no ano anterior, apesar da deliberação tomada em Assembleia Geral, não ocorreu qualquer pagamento de dividendos aos accionistas, em virtude dos fortes constrangimentos de tesouraria verificados no decorrer do ano 2013.

O saldo de accionistas classificado como não corrente em 2012 é considerado, quanto ao encerramento contabilístico do exercício 2013, um activo corrente, em função das expectativas da Administração.

21.3 Outros Rendimentos e Ganhos

A conta de outros rendimentos e ganhos reflecte por um lado os rendimentos decorrentes do arrendamento de uma das instalações da empresa (rendimentos registados na conta 781 - rendimentos suplementares), por outro os rendimentos derivados da imputação anual do subsídio ao investimento recebido, com base nas depreciações dos bens subsidiados e ainda de uma parte remanescente decorrente da imputação directa dos investimentos que são reconhecidos directamente em gastos do exercício, quer através de mapas de controlo ou de uma proporção considerada de forma recorrente pelos serviços da empresa.

Rubricas	31.12.2013	31.12.2012
781 – Rendimentos Suplementares	203.109,80	200.444,19
787 – Rendimentos e ganhos em investimentos	125.649,78	46.500,00
788 – Outros rendimentos e ganhos	332.435,02	321.992,46
Totais	661.194,60	568.936,65

21.4 Outros Gastos e Perdas

Essencialmente estão reconhecidos na conta de outros gastos e perdas os montantes referentes a impostos suportados no exercício bem como o montante respeitante às correcções relativas a exercícios anteriores.

Rubricas	31.12.2013	31.12.2012
681 – Impostos	131.142,31	102.369,72
687 – Gastos e perdas em investimentos	333,35	475,00
688 – Outros	36.130,35	55.850,49
Totais	167.606,01	158.695,21

21.5 Juros e Gastos Similares Suportados

Rubricas	31.12.2013	31.12.2012
691 - Juros Suportados	444.656,08	322.506,17
698 - Outros gastos e perdas de financiamento	24.081,31	19.069,01
Totais	468.737,39	341.575,18

21.6 Juros e Gastos Similares Obtidos

Rubricas	31.12.2013	31.12.2012
791 - Juros obtidos	48.635,23	60.963,18
798 – Outros Rendimentos Similares	0,30	1,00
Totais	48.635,53	60.964,18

21.7 Fornecimentos e Serviços Externos

Rubricas	31.12.2013	31.12.2012
Trabalhos especializados	330.239,07	342.424,64
Publicidade e propaganda	69.642,03	94.691,54
Honorários	14.980,56	16.918,18
Conservação e reparação	467.577,14	352.091,98
Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido	97.789,72	85.611,70
Material de escritório	11.041,20	13.117,29
Artigos para oferta	8.688,86	10.596,07
Outros materiais	30.514,38	40.115,04
Equipamentos Protecção Individuais	18.938,52	
Outros materiais	11.603,19	19.569,21
Electricidade	94.218,49	82.595,68
Combustíveis	447.182,43	429.466,87
Água	27.626,69	29.597,15
Outros odores	94.704,75	102.276,00
Outros Reagentes	36.140,43	35.011,01
Deslocações e Estadas	2.245,04	5.021,57
Transporte de mercadorias		7,80
Rendas e alugueres		7.000,00
Comunicação	25.788,09	28.542,26
Seguros	52.038,01	66.957,05
Contencioso e notariado	1.806,20	2.309,75
Despesas de representação	3.956,20	1.876,37
Limpeza, higiene e conforto	33.501,73	26.887,35
Outros Serviços	18.480,85	17.693,57
Total	1.898.703,58	1.810.378,08

21.8 Responsabilidades da Empresa por Garantias Prestadas

A Braval tem perante as instituições financeiras as garantias que de seguida se relacionam:

	SALDO EM DÍVIDA	GARANTIA
BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A.	1.000.000	LIVRANÇA
BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.	800.000	LIVRANÇA
BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.	1.113.966	LIVRANÇA
BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.	1.129.133	LIVRANÇA
BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.	412.500	LIVRANÇA
BANIF-BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL, S.A.	1.499.000	LIVRANÇA
BANIF-BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL, S.A	1.000.000	LIVRANÇA
BANIF-BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL, S.A	1.000.000	LIVRANÇA
BANCO BIC PORTUGUÊS, S.A.	443.792	LIVRANÇA

OUTRAS GARANTIAS PRESTADAS	MONTANTE DA GARANTIA
LISGARANTE-SOCIEDADE DE GARANTIA MÚTUA, S.A.	129.167
NORGARANTE-SOCIEDADE DE GARANTIA MÚTUA, S.A.	206.250
NORGARANTE-SOCIEDADE DE GARANTIA MÚTUA, S.A.	741.667
GARVAL-SOCIEDADE DE GARANTIA MÚTUA, S.A.	129.167

Para além das garantias atrás evidenciadas tem ainda as seguintes garantias prestadas:

- Garantia bancária sobre o Millennium BCP, no montante de 249.398,95 €, a favor do Ministério do Ambiente, para cumprimento dos deveres contratuais emergentes da concessão.
- Garantia bancária sobre o Banif, no montante de 2.193,00 €, a favor da Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), destinada a Substituição de Depósito Caução para processo em Tribunal.
- Da consulta junto dos advogados da BRAVAL quanto às situações pendentes em que a BRAVAL é Ré, resultaram as informações que se seguem:

- Impugnação judicial n.º 311/12.2TBPVL, a correr termos no Tribunal Judicial de Póvoa de Lanhoso, em que é recorrente a Braval - Valorização e tratamento de resíduos sólidos, S.A. e recorrida a Inspeção Geral do Ambiente e do Ordenamento de Território, sendo o valor da coima de € 38.500,00 e custas no valor de € 100,00
- Da consulta junto dos advogados da BRAVAL quanto às situações pendentes em que a BRAVAL é Autora, resultaram as informações que se seguem:
- Processo judicial com a empresa demandada “Semural - Empreendimentos Urbanos S.A.”, sendo o valor da acção de 48.757,83 €. Considerando que a Administração entende não haver risco de incobrabilidade, não foi criada qualquer imparidade quanto a este saldo.

21.9 Outras Informações

Conforme disposto no contrato de concessão, a elaboração dos projectos tarifários deve tomar em conta uma remuneração dos capitais próprios aplicados na empresa, a qual será calculada com base na aplicação, ao capital social e reserva legal, de uma taxa correspondente à base de emissão de bilhetes de tesouro (TBA) ou uma equivalente que a venha substituir, acrescida de 3 pontos percentuais a título de prémio de risco. O valor das remunerações do capital calculado nos termos da concessão era o seguinte, por accionista em 31 de Dezembro de 2013:

Accionista	Remuneração devida em 2012	Dividendos distribuídos	Remuneração do exercício	Remuneração acumulada
Agere	191.945,49	0,00	56.197,76	248.143,26
C.M. Póvoa de Lanhoso	11.752,88	0,00	3.037,89	14.790,77
C.M. Vieira do Minho	15.894,42	0,00	4.121,04	20.015,46
C.M. Vila Verde	12.148,45	0,00	3.556,82	15.705,27
C.M. Amares	8.989,86	0,00	2.632,05	11.621,90
C.M. Terras de Bouro	5.831,26	0,00	1.707,27	7.538,53
TOTAL	246.562,37	0,00	71.252,84	317.815,19

- As taxas utilizadas para o cálculo dos montantes acima referidos foram as seguintes

Anos	Taxas sem risco (TBA)	Taxas com risco (base de cálculo)
1996	7,267	10,267
1997	5,497	8,497
1998	4,266	7,266
1999	4,000	7,000
2000	4,380	7,380
2001	4,146	7,146
2002	3,275	6,275
2003	2,218	5,218
2004	2,045	5,045
2005	2,095	5,095
2006	3,090	6,090
2007	4,190	7,190
2008	4,560	7,560
2009	1,370	4,370
2010	0,930	3,930
2011	1,510	4,510
2012	0,760	3,760
2013	0,240	3,240

Braga, 07 de Abril de 2014

TÉCNICO DE CONTAS

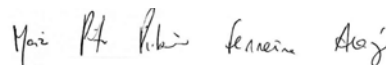


(Dr. Filipe Roberto Moreira Rocha)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



(Eng. Bruno Agostinho Lopes Gonçalves Névoa)



(Dra. Maria Rita Ribeiro Ferreira de Araújo)



(Sr. Luís Jorge Amaro da Costa)



**IV RELATÓRIO
E PARECER
DO FISCAL
ÚNICO**



CSA Auditores

Gaspar Castro, Romeu Silva
& Associados, S.R.O.C., Lda.

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

EXERCÍCIO DE 2013

De harmonia com o disposto na legislação aplicável e na qualidade de fiscal único da sociedade **Braval – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.**, vimos submeter à apreciação de V. Ex^{as} o Relatório e Parecer sobre o Relatório, as Contas e as propostas apresentadas pela Administração, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.

Salientamos que este parecer respeita às contas elaboradas na sequência de determinação da Assembleia Geral da sociedade, que recusou a aprovação das que foram anteriormente apresentadas pela Administração e sobre que emitimos parecer em 4 do corrente.

1. No quadro das normas legais e estatutárias aplicáveis, procedemos,

- a) à fiscalização dos actos da Administração, com base nos elementos da contabilidade da Empresa e nos esclarecimentos que a propósito solicitamos;
- b) à averiguação da observância da lei e do cumprimento dos estatutos da sociedade;
- c) à verificação dos documentos, registos e livros de escrituração;
- d) à análise das Demonstrações Financeiras, dos princípios contabilísticos subjacentes à sua elaboração, bem como do Relatório de Gestão;
- e) à apreciação da Certificação Legal das Contas, que anexamos para integrar o presente Relatório e Parecer.

2. Na sequência dos procedimentos referidos, entendemos ser de referir que:

- a) a Contabilidade, as Demonstrações Financeiras e o Relatório de Gestão satisfazem as disposições legais e estatutárias e refletem a atividade da entidade no exercício em causa, bem como a sua situação económica e financeira – nos termos que decorrem da certificação legal das contas;



CSA Auditores

Gaspar Castro, Romeu Silva
& Associados, S.R.O.C., Lda.

- b) o interesse social da atividade exercida, no quadro do contrato de concessão, condiciona a política de preços, que assim assumem níveis diferentes dos que seriam determinados pela livre operação das regras de mercado, com efeitos negativos na rentabilidade da entidade;
- c) a Certificação Legal das Contas, sem expressar reservas sobre as Demonstrações Financeiras, enuncia as razões por que foram reformadas as contas anteriormente apresentadas e alerta para que, em matéria de distribuição de resultados, devem ser tomadas em conta as condicionantes financeiras, contratuais e legais;
- d) as contas devem ser analisadas à luz de todos os documentos antes referidos, especialmente o Relatório de Gestão e a Certificação Legal de Contas já referida e com a qual concordamos, enquanto Fiscal Único;
- e) sendo de salientar que, como decorre do que dissemos de início (recusa, pela Assembleia Geral, de aprovação das contas e determinação da sua reforma) e da alínea c) acima, foram alterados os pressupostos de preparação das contas, relativamente às anteriormente apresentadas.

3. Tudo ponderado e como conclusão, somos de parecer que a Assembleia Geral

- deve aprovar as Contas e o Relatório de Gestão apresentados pela Administração quanto ao exercício de 2013;
- deve apreciar a proposta de distribuição de resultados apresentada pela Administração tendo em conta o quadro das necessidades financeiras da empresa, bem como a análise cuidada das condições legais e contratuais aplicáveis, decorrentes do contrato de concessão e do Código das Sociedades Comerciais;
- a Assembleia Geral deve proceder à apreciação da Administração e da Fiscalização da Sociedade, nos termos do artº. 455º. do Código das Sociedades Comerciais

Braga, 7 de abril de 2014.

GASPAR CASTRO, ROMEU SILVA & ASSOCIADOS – SROC, LDA (Nº.153)
Representada por
Gaspar Vieira de Castro, ROC 557

A green geometric graphic consisting of a central rectangle with two triangular extensions, one pointing upwards and to the right, and another pointing downwards and to the right. The text is centered within the rectangle.

**V CERTIFICAÇÃO
LEGAL
DAS CONTAS**



CSA Auditores

Gaspar Castro, Romeu Silva
& Associados, S.R.O.C., Lda.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras de **Braval – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2013, (que evidencia um total de 36.401.773,14 Euros e um total de capital próprio de 16.095.406,46 Euros, incluindo um resultado líquido de 315.108,13 Euros) a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

1. É da responsabilidade da Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
2. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:
 - a verificação numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação de aplicabilidade do princípio da continuidade ; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
4. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
5. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

6. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de **Braval – Valorização e Tratamento de**



CSA Auditores

Gaspar Castro, Romeu Silva
& Associados, S.R.O.C., Lda.

Resíduos Sólidos, S.A., em 31 de Dezembro de 2013, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

7. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Ênfases

8. Sem afetar, no quadro do entendimento do Conselho de Administração, a opinião expressa no parágrafo nº 7 acima, chamamos a atenção para o seguinte:
- a) esta é uma segunda certificação legal das contas do exercício de 2013, que se pronuncia, aliás, sobre contas diferentes das que anteriormente apreciamos – pelas razões que decorrem das alíneas b), c) e d) seguintes;
 - b) nas primeiras contas, apresentadas pela administração em 4 de abril corrente e por nós certificadas nessa mesma data, não vinham reconhecidas uma fatura do montante de € 1 029 412,80, acrescida de IVA no valor de € 61 764,77, e uma nota de crédito do montante de € 135 145,94, com regularização de IVA pelo valor de € 8 108,76, ambas emitidas pelo fornecedor AGERE – Empresa de Águas e Efluentes e Resíduos de Braga, E.M., por a Administração entender que os referidos documentos eram indevidos;
 - c) entretanto, a Assembleia Geral recusou a aprovação das contas referidas na alínea anterior, determinando que as mesmas fossem reformadas com a inclusão do reconhecimento da fatura e da nota de crédito aí indicadas;
 - d) havendo assim, a nível de deliberação da Assembleia Geral tomada por maioria, concordância com o reconhecimento dos documentos em causa, verifica-se alteração dos pressupostos da elaboração e de apreciação das contas – condições que determinam a emissão da presente certificação;
 - e) tal como temos referido em exercícios anteriores, a proposta de distribuição de resultados constante do Relatório de Gestão deve ser apreciada no quadro das condicionantes financeiras, contratuais e legais da entidade.

BRAGA, 07 de abril de 2014

Gaspar Castro, Romeu Silva & Associados – SROC (nº. 153)
Representada por
Gaspar Vieira de Castro, ROC 557



Edifício da Câmara Municipal de Braga
Praça do Município | Apartado 1040 | 4711-908 BRAGA
tel. 253 639 220 | fax 253 639 229
braval@braval.pt
www.braval.pt
nº verde: 800 220 639